



**Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Humanidades – Campus Guarabira
Departamento de Educação
Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas
Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil**

MARIA LILIANE FERREIRA DOS SANTOS

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

**GUARABIRA - PB
2021**

MARIA LILIANE FERREIRA DOS SANTOS

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil, da Universidade Estadual da Paraíba - Campus Guarabira, em cumprimento as exigências para obtenção do Título de Especialista, sob orientação do Dr. Prof. Waldeci Ferreira Chagas.

Área de concentração: Religiões Afro-brasileiras e Educação Étnico-Racial Infantil.

**GUARABIRA – PB
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237r Santos, Maria Liliene Ferreira dos.
As religiões afro-brasileiras no ensino fundamental I
[manuscrito] : -- / Maria Liliene Ferreira dos Santos. - 2021.
75 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades , 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas ,
Departamento de Educação - CH."

1. Religiosidade. 2. Orixás. 3. Ensino Fundamental I. 4.
Diversidade. I. Título

21. ed. CDD 398.5

MARIA LILIANE FERREIRA DOS SANTOS

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil, da Universidade Estadual da Paraíba - Campus Guarabira, em cumprimento as exigências para obtenção do Título de Especialista.

Aprovada em 04/06/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DH)



Prof.^a Dr.^a Ivonildes da Silva Fonseca
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DE)



Prof.^a. Ms. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DE)

A meu pai Manoel (*In memoriam*) e a
minha mãe Severina por todo amor e
dedicação concedido. **Dedico.**

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e por todas as bênçãos alcançadas;

A minha família, por todo o amor dedicado;

A meu esposo, pelo apoio cotidiano;

Ao Prof. Waldeci Ferreira Chagas, por ter aceito ser meu orientador na construção
desse trabalho.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	A RELIGIÃO AFRO-BRASILEIRA PRECONCEITO RELIGIOSO	09
	2.1 As Religiões Afro-Brasileiras, o Preconceito Religioso e a formação do/ a Professora	14
	2.2 Os Empecilhos Da Religiosidade Afro-Brasileira No Espaço Escolar	20
	2.3 A Lei 10.639/03: Transformações Na Educação Básica no Ensino Fundamental I	25
3	AS RELIGIÕES DE AFRO-BRASILEIRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I	28
	3.1 Adeptos da Religião Afro-Brasileira aos Olhos da Sociedade	33
	3.2- Intolerância Religiosa	36
	3.3 A escassez do Material Didático Afro-Brasileiro no Ensino Fundamental I	39
4	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA	41
	4.1 Candomblé: Religiosidade Afro-Brasileira	45
	4.2 Contação De História E Apresentação Dos Orixás: Valorizando A Identidade Negra	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	61

RESUMO

Esta monografia analisa sobre como as religiões Afro-brasileiras são apresentadas e representadas no Ensino Fundamental I. É indiscutível o quanto a sociedade na qual estamos inseridos é intolerante com essas religiões; tema de extrema importância a ser abordado, principalmente no ambiente escolar, lugar de inúmeras diversidades que se torna propício para trabalhá-la, sendo viável que tal discussão se inicie na base da formação do indivíduo. Tem como objetivo analisar as diversas possibilidades de apresentar a religiosidade afro-brasileira aos discentes como parte integrante da identidade cultural de um povo. Para o desenvolvimento desse trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica e dialogamos com alguns pesquisadores/as, a exemplo de: ARAÚJO (2016), BAKKE (2011) MUNANGA (2009), SILVA e CARVALHO (2018), dentre outros/as. Concluimos que é possível apresentar o candomblé no Ensino Fundamental I e que a religiosidade merece respeito assim como as demais religiões, pois aprender sobre ela na escola é uma oportunidade para se romper barreiras que tem levado os discentes a presenciar e sofrer racismo e intolerância religiosa.

Palavras-chave: Religiosidade – Orixás – Ensino Fundamental I – Diversidade.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz uma análise sobre a religião afro-brasileira, especificamente o candomblé, abordado no decorrer deste de forma geral, tendo em vista que há diversas noções relacionadas ao candomblé. Por isso, optamos por dialogar com apresentações de algumas lendas dos Orixás e sua condição no contexto escolar, sobretudo, no que diz respeito ao preconceito religioso e a intolerância religiosa; fenômenos que se apresentam como obstáculos a discussão dessa temática nas salas de aulas, conforme orienta a Lei 10.639/03, cuja finalidade é possibilitar aos/as professores/as ampliar os conhecimentos sobre história e cultura afro-brasileira e africana, e assim fortalecer a identidade étnico-racial dos estudantes.

Enfrentar o preconceito religioso é complexo seja no ambiente escolar ou fora dele, pois esse ato fere o indivíduo por cultuar sua fé, como nos esclarece as autoras Souza & Ficagna (2016) “o preconceito religioso, diz respeito a quaisquer manifestações contra o direito ao culto e/ou expressão da fé, e dogmas religiosos” (SOUZA; FICAGNA, 2016, p.57).

Percebemos que o fato de crer e praticar sua religiosidade faz com que o sujeito se torne alvo da sociedade, sendo eles criticados por suas manifestações, gerando a intolerância religiosa que atinge o direito do cidadão de expressar suas crenças e realizar suas manifestações religiosas. De acordo com Jesus et al (2018):

A intolerância religiosa é um conjunto de ideologias e atitudes agressivas a diferentes crenças e religiões. O ato de intolerância seja no aspecto psicológico, físico ou intelectual, é uma afronta à opinião do próximo. Satirizar ou ridicularizar a importância da cultura e suas devoções também o são. De certo modo, existe ausência de disposição para aceitar pessoas com opiniões diferentes e que vivem de uma maneira própria construída ao longo de suas vidas. Cada indivíduo crê no que é importante para seu crescimento espiritual, mas o obstáculo está em consentir que outra pessoa consiga viver de um modo diferente do adotado por certa parcela da sociedade (JESUS, 2018, p.2).

Compreendemos com a afirmação desse autor que a intolerância religiosa é uma ação que agride o ser devido seu direito de cultuar suas divindades, negando-os o livre arbítrio de suas escolhas espirituais por não respeitar a escolha e o modo de vida do próximo, acreditando que existe religiosidade certa e errada.

O fazer pedagógico de professores/as com os conteúdos relativos ao candomblé leva-os, assim como aos estudantes a conhecer a história e cultura afro-brasileira e africana e sua importância para a formação social dos sujeitos, uma vez que fortalece a identidade racial e enfraquece o racismo ainda existente na sociedade brasileira. Por isso, abordamos também a ausência de conteúdos relativos a essa religião no material didático destinado ao/a aluno/a do ensino fundamental I.

A partir da análise do material didático apontamos ações pedagógicas que possibilitem o/a professor/a levar para a sala de aula discussões sobre o candomblé com o objetivo de enfrentar e desconstruir o preconceito religioso não apenas dentro da escola, mas fora dela, de modo que os discentes apliquem sua aprendizagem na comunidade onde moram e assim se afirmem cidadãos/ãs, à medida que participam do processo de enfrentamento e superação do preconceito e intolerância religiosa.

Tendo em vista as dificuldades que professores/as levantam no ensino das religiões Afro-brasileiras no espaço escolar criamos e apontamos no desenvolver desse trabalho estratégias que os possibilitem enfrentar tal dilema. Acreditamos ser possível trazer para sala de aula conteúdos que aborde sobre o candomblé, de modo que os discentes vivenciem as informações necessárias ao seu crescimento pessoal e humano. A perspectiva é a de que os discentes compreendam a diversidade de culturas religiosas existentes no Brasil, sobretudo, no meio social em que vivem, assim terão contatos com as diversas etnias e verão que não se deve apontar ou discriminar o outro por suas crenças religiosas.

Ao inserir na prática cotidiana da sala de aula conteúdos relacionados a religiosidade, será possível o/a professor/a fazer com que as crianças compreendam as diversidades religiosas que as cercam e se reconheçam etnicamente. Sobre tal questão, as Orientações do Ministério da Educação, (BRASIL/MEC. 2006, p. 56) afirmam que: “visualizar as diferenças e articular práticas pedagógicas a elas não somente é uma forma de respeito humano, mas uma forma de promover a igualdade”.

O tema discutido neste trabalho, o candomblé foi escolhido devido às fragmentações com que são abordados em sala de aula, fora os diversos obstáculos existentes no espaço escolar, os quais impedem professores/as de

ministrar suas aulas. Devido aos obstáculos professores/as evitam abordar a diversidade religiosa em sala de aula, ou seja, os elementos que compõem o candomblé.

No fazer pedagógico com os conteúdos relativos ao candomblé, a escola é um lugar de extrema importância para discuti-las, haja vista vivermos numa sociedade na qual a discriminação religiosa e a intolerância ainda persistem, o que é decorrente da falta de conhecimento sobre tais religiões.

Embora o Brasil seja formado por diversas etnias a que se refere à religiosidade africana ocupa lugar coadjuvante na sociedade, e constantemente é alvo de discriminação, conseqüentemente os praticantes do candomblé são isolados na sociedade, devido suas crenças serem originárias da África e vistas como demoníacas. A gente negra traficada da África para o Brasil trouxe consigo conhecimentos e religiosidades, porém foram proibidos de praticá-los porque a igreja católica as considerou demoníacas, e algo inerente aos africanos, uma vez que remetia a sua identidade, e, por isso, não servia aos/as brancos/as.

O fato de as autoridades no Brasil impedirem que africanos/as escravizados/as praticassem sua religiosidade nessa terra tinha uma finalidade, qual seja fazer com que perdessem suas origens e aceitassem a condição de escravizados/as a que estavam submetidos/as. Para concretizar tal processo de modo rápido, os/as africanos/as eram separados/as ainda no porto quando embarcavam na África com destino ao Brasil. Os mercadores de escravizados/as tinham o cuidado de dividi-los, misturando-os por regiões e idiomas para evitar a comunicação e organização entre eles, de modo não pudessem agir contra seus senhores/as.

Ao chegar a “nova moradia” eram obrigados/as a aprender novo idioma e cultuar uma divindade que não conheciam e não fazia sentido a sua fé. A intenção era levá-los/as a se sentirem pertencentes e assim se adaptarem a nova cultura. Diante de tal impasse passaram a praticar suas crenças de maneira sutil, de modo a não contrariar seus senhores/as e não serem castigados, uma vez que estavam descumprindo as ordens de seus “proprietários”. Para tanto, criaram relações com as imagens do culto católico, suas entidades e crenças, incorporando-as ao culto dos orixás trazido da África. Tal relação contribuiu no processo de formação de uma nova religiosidade, tornando-a afro-brasileira.

A chegada dos/as africanos/as ao Brasil e a condição a que foram submetidos/as são decorrentes do modo como foram vistos pelos europeus. No imaginário destes, tratava-se de seres inferiores. Essa compreensão atribuída à população negra contribuiu para que o racismo se edificasse contra essa gente. Racismo aqui é compreendido como “{...} uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos” (Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998 *apud* SANT’ANA, 2005, p. 60).

Todavia, durante o regime escravocrata no Brasil o modo como à pessoa negra era tratada, não se considerava preconceito racial, porque tal pessoa não era livre, nem cidadão, se tratava de uma peça que fazia parte do processo produtivo, portanto, propriedade de algum senhor/a.

O trabalho é construindo com três capítulos, no primeiro discutimos sobre o preconceito que reflete na religiosidade afro-brasileira, no segundo abordamos como é abordado as religiões afro-brasileiras no fundamental I e no último dialogamos sobre a construção da identidade negra, em seguida sugerimos algumas atividades pedagógicas e dinâmicas com a apresentação das lendas dos orixás.

2 A RELIGIÃO AFRO-BRASILEIRA E O PRECONCEITO RELIGIOSO

O Brasil possui um passado marcado pela escravidão, período em que as pessoas negras foram capturadas na África e traficadas para essa terra e incluídos nos serviços demandados pela economia na condição de escravizados, Ou seja, passaram a ser propriedades dos grandes senhores donos de terras, que os submetiam as condições de maus tratos como meio de mantê-los submissos e produtivos. Homens, mulheres e crianças que antes eram príncipes, reis, chefes de guerra e senhores de seu povo foram comercializados para prestar serviços em regime de escravidão.

Essa situação durou um longo período, até que os/as escravizados/as foram libertos e puderam seguir suas vidas como donos de si, mas sem nenhuma condição.

No entanto, está escrito nos livros didáticos de História o fim da escravidão com a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888. Nesse dia a população negra deixou de ser propriedade dos brancos, de fato ganharam a “liberdade”, porém muitos permaneceram em terras de seus ex-senhores porque não foram incluídos na sociedade como cidadãos. Em função disso sua condição de vida não melhorou após a atitude da Princesa Isabel. A assinatura dessa princesa os libertou do cativeiro, mas não lhes garantiu meios para viver, continuaram sem perspectivas de vida, uma vez que não foram indenizados pelos longos anos de trabalho escravizado e nem receberam terra para nela trabalhar, e nem foram inseridos no mercado de trabalho assalariado. Sem emprego e sem moradia foram soltos no mundo. Pois o problema da escravidão no Brasil não se definia apenas em questões legais, mas também estruturais e culturais, uma vez que se via o negro como pessoa inferior.

Fora da condição de cidadania, a população negra foi se instalando nos recantos das cidades criando os primeiros subúrbios. Outros por não terem para onde ir continuaram na terra dos seus ex-senhores e sendo tratados como seres inferiores. Devido ao histórico deixado pela escravidão e o não gerenciamento de políticas públicas após a lei de 1888 que garantissem direitos aos povos negros, as marcas do abandono social se refletem ainda hoje, quando negros/as recebem tratamentos diferenciados em função da cor de sua pele, e não estão em cargos de prestígio social; considerados como sendo de brancos.

Em função da cor da pele, a presença de pessoas negras em determinados espaços sociais de destaque é mínima, como universidades, sobretudo, nos cursos de maior prestígio social, a exemplo de medicina, engenharias e direito. Todavia, quando assistimos aos telejornais são comuns os relatos de balas perdidas que na maioria das vezes acertam a população negra pelo fato de os policiais deduzirem que são bandidos em função da cor da pele.

Nas teledramaturgias brasileiras atores e atrizes negras são comuns nas representações de empregados/as domésticos/as, bandidos e delinquentes; dificilmente nas narrativas televisivas são protagonistas ou representam uma personagem com função de prestígio social. As representações estereotipadas evidenciam a presença do preconceito racial, uma vez que as pessoas negras são discriminadas em função de sua cor de pele, mais também devido as suas práticas culturais, o que faz com que nas teledramaturgias lhes sejam atribuídos adjetivos negativos, conforme afirma Silva (2002):

O negro raramente era o elemento central das narrações que figurava. Nos casos em que era visto como “objeto” central da composição discursiva ou pictórica, sua imagem era frequentemente revestida de características negativas (como indolência, agressividade, imoralidade promiscuidade) ou exóticas (como o primitivismo de suas danças, crenças religiosas e festejos) (SILVA, 2002 p. 85) [Grifos do autor].

A desigualdade entre negros e brancos, à medida que foi ampliada na sociedade brasileira, tenta estabelecer um único padrão de ser e estar no mundo, como se isso seja possível. A perspectiva é a de que aquele (a) que não se “enquadra” no padrão estabelecido não pertence à sociedade, não tem os mesmos direitos e tratamento, não lhe é atribuído respeito. Assim se reproduz a ideia de inferioridade da raça negra, enquanto brancos/as são legitimados seres superiores e negros/as são inferiores.

Essa compreensão está subsidiada no conceito de raça formulado no século XVIII, por alguns intelectuais da época. Passou-se a denomina-se raça a um grupo de indivíduos na qual suas características se assemelhavam a ancestrais, procurava-se explicar raça por meio biológico. Relata Munanga:

No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que, *ipso facto*, possuem algumas características físicas em comum. Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças (MUNANGA, 2009).

Na afirmação desse autor se observa os traços dos indivíduos para determinar a qual raça ele pertencia, e assim começou a surgir diversos tipos de raça, designando-as em superiores e inferiores. Enaltecendo a branca como superiores, teoria defendida por um filósofo francês no século XVIII, tornando reconhecido por sua tese. Esclarece Rodrigues que:

As teorias sobre as diferentes raças humanas surgiram inicialmente no final do século XVIII e início do século XIX, tendo como autor principal Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) – o “pai do racismo moderno”, filósofo francês e principal defensor da ideia de superioridade da raça branca (RODRIGUES, 2021). [Grifos do autor].

O conceito de raça justificava a situação social do sujeito negro na sociedade, na qual os brancos eram bem sucedidos e ele escravizado. A teoria racista apontou e ampliou ainda mais a ideia de inferioridade na qual a população negra foi colocada. Essa teoria se fortaleceu ao surgirem obras que se basearam nas características dos indivíduos e afirmaram ser o/a branco/a uma raça superior, e o negro/a inferior. No Brasil uma das obras que veio a se tornar reconhecida é a de Monteiro Lobato, História de Tia Anastácia, nessa obra Emília trata duramente a Tia Anastácia quando declara que suas histórias remetem a um povo sem cultura e sem conhecimento.

As características físicas de Tia Anastácia são desvalorizadas por Emília, quando essa diz: “só podia ser coisa de negra”. Na obra e recorrendo a Emília Lobato traz a visão da sociedade sobre o ser negro no Brasil:

— Pois cá comigo — disse Emília — só aturo essas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não têm humorismo. Parecem-me muito grosseiras e bárbaras — coisa mesmo de negra beijuda, como tia Nastácia. Não gosto, não gosto e não gosto (LOBATO, 2002. p. 24).

A linguagem de Emília reflete o modo como à sociedade se referia ao negro e o lugar que o mesmo ocupa na sociedade brasileira. No imaginário de Emília o/a negro/a trata-se de uma pessoa sem cultura e desvalorizada. Tia Anastácia na obra de Lobato representa o negro na visão da sociedade brasileira, o que deixa claro que o ser negro desempenhava papel de raça inferior. Sobre a compreensão do conceito de raça, as Orientações do Ministério da Educação afirmam que (BRASIL/MEC, 2006):

A noção de raça se configurou no pensamento ocidental a partir das obras de filósofos e cientistas dos séculos XVIII e XIX, que, em geral, caracterizavam os povos apoiando-se nas diferenças aparentes e os hierarquizavam a seu modo, tratando, sobretudo, as raças brancas como superiores às raças amarelas e mais ainda às negras, dentre outras que (BRASIL/MEC, 2006, p. 222).

A ideia de superioridade e inferioridade de raça resultante do racismo legitimou o preconceito racial contra negros/as, o termo raça é mais uma definição de perseguição contra a população negra. Conforme Declara Filho (2020):

A ideia de supremacia europeia trouxe ideologicamente a inferioridade de outras culturas, especialmente as africanas, consolidou-se durante a Idade Moderna, quando a Europa passou a centralizar o poder econômico, político e militar mundial. Por séculos prevaleceu à mentalidade de enquadrar os africanos num grau inferior da escala evolutiva, a mesma que classificava os vários povos em avançados e atrasados ou civilizados e primitivos, a exemplo do que foi disseminado sobre os africanos no imaginário de muitos brasileiros (FILHO, 2020, p. 02).

O enfrentamento do preconceito racial no Brasil está posto na Constituição Federal de 1988, quando essa carta magna garante cidadania a população negra a partir do momento que lhe assegura a garantia dos direitos fundamentais, conforme afirmam Silva e Carvalho (2018).

No Brasil, é somente com a Constituição Federal de 1988 que teve início um processo de reconhecimento, por parte do Estado, dos direitos de grupos sociais afro-brasileiros e populações indígenas preservarem a sua cultura e as suas tradições. No final do século XX e início do XXI, as políticas educacionais passaram a enfatizar o caráter multicultural e a diversidade étnica da sociedade. Com isto, há um reconhecimento, no âmbito normativo, das contribuições das

culturas indígenas e afro-brasileiras para a formação cultural do país (SILVA; CARVALHO. 2018 p.52).

De acordo com essas autoras, foi com a Constituição Federal de 1988 que os afro-brasileiros obtiveram o direito de expressar sua cultura, como também seus conhecimentos, ganharam visibilidade no âmbito educacional ao serem inseridos na diversidade que compõe o Brasil.

Os motivos que taxaram homens e crianças negras como inferiores persistem nos dias de hoje, principalmente nas produções midiáticas direcionadas as crianças, adolescentes e jovens, como é o caso da Série “Snowpiercer”¹(Expresso do Amanhã). Nessa série André Layton personagem negro (originalmente branco na versão anterior) inicialmente protagoniza-a, embora na segunda metade perca o posto de protagonista para outras personagens brancas. Em ²“Lupin”, Assane Diop personagem negro protagoniza a história que originalmente faz referência a uma personagem branca, no entanto, sua ação é voltada a criminalidade. Na tentativa de representatividade do negro essa série gera outros estereótipos sobre a pessoa negra, no que se refere a mulher negra são colocadas em condições de empregadas, na qual quando umas dessas mulheres é chefe, é do departamento da faxina.

¹ **Título:** Snowpiercer (temporada 1)

Ano produção: 2021

Dirigido por: James Hawes, Scott Derrickson

Duração: 468 minutos

Gênero: Ação, Drama e Ficção Científica.

Países de Origem: Coreia do sul, Estados Unidos da América, França e República Checa

Sinopse: Sete anos após um acidente tecnológico afundar a Terra em um inverno profundo, o restante da humanidade sobrevive a bordo de um gigantesco trem que cruza o globo, onde uma guerra secreta entre as classes sociais - separadas entre as duas extremidades do veículo - está prestes a irromper. Disponível em:<
<https://filmow.com/expresso-do-amanha-1a-temporada-t195209/ficha-tecnica/>>

² **Título:** Lupin (temporada 1)

Ano de produção: 2021

Dirigido por: Louis leterrier, Marcela Said

Duração: 231 minutos

Gênero: Drama, Mistério, Policial.

Países de origem: França

Sinopse: 25 anos atrás, Assane Diop (Omar Sy) viu sua vida virar de cabeça para baixo com a morte de seu pai, então acusado injustamente de um crime. Agora, ele está em busca de vingança e, para isso, se inspira em Arsène Lupin, o famoso "ladrão de casaca" da literatura francesa. Conhecido como "Robin Hood da Belle Époque", Lupin se tornou um gênio do crime na Paris do início do século 20 - e Diop vai seguir seus passos nos dias de hoje. Disponível em: <https://filmow.com/lupin-parte-1-t291012/ficha-tecnica/>

Em “Static Shock” ³(Super Choque), Virgil, garoto negro adquire superpoderes, mas é o amigo branco que representa o inteligente da dupla e o responsável pelos poderes de Virgil melhorarem. Sua família composta por seu pai Robert Hawkins ⁴diretor de um centro comunitário, sua mãe Jeanie Hawkins ⁵enfermeira que ao atender um chamado faleceu por uma bala perdida em um tiroteio entre gangues. Sua irmã Sharon Hawkins universitária ajuda seu pai no centro comunitário como conselheiro. Na série tem uma personagem chamada Nina Crocker, a mesma tem o poder de voltar no tempo, sendo ela uma das mais poderosas meta-humana, que após ter seus poderes voltados para a prática da maldade, decide utilizar seus poderes para fazer o bem.

A humanidade é diversa, mas as produções culturais nem sempre contemplam-na e persiste numa perspectiva monocultural, que nega a diversidade religiosa, o que contribui para a manutenção do preconceito religioso.

2.1 As religiões afro-brasileiras, o preconceito religioso e a formação do/a professor/a

Mediante as dificuldades encontradas por partes de professores (as), iniciou-se os cursos de formação continuada para os docentes com a temática, para que os docentes se capacitassem e comesçassem a desenvolver seu plano pedagógico referente a temática Afro-Brasileira. Mas é importante deixar explícito que esta temática deveria estar sendo mais trabalhada no decorrer da formação inicial nos cursos de licenciatura, tendo em vista que para além de ser um tema que vem proposto do PPP (Plano Político Pedagógico) da escola, devido a Lei 10.639/2005 que torna obrigatório o ensino da Cultura Afro-Brasileira, partindo deste ponto que reafirmamos ser primordial que os cursos de licenciaturas venham explorar mais essa temática, para que os docentes concluam os cursos com uma base

³ **Título:** Static Shock (no Brasil, Super Choque)

Ano produção: 2000

Dirigido por: Dan Riba, Denys Cowan, James Tucker (IV), Victor Dal Chele

Duração: 390 minutos

Gênero: Ação, animação, Aventura, Família, Ficção Científica, Super-herói.

Países de origem: Estados Unidos da América

Sinopse: É uma série animada produzida pela Warner Bros. Television, tendo estreado em Setembro de 2001 no canal norte-americano The WB, no bloco dedicado à animações infantis. Foi exibida por quatro temporadas, num total de 52 episódios. Disponível em: < <https://filmow.com/super-choque-1a-temporada-t29270/ficha-tecnica/>>

preparatória para realizar abordagens sala de aula. Até por que se não houver na formação inicial possivelmente haverá aspectos deficitários, pois um exame do histórico da formação inicial em nosso país revela a quantidade de professores (as) que relatam que a formação inicial que tiveram esta discussão no curso teve um déficit neste quesito. Assim, os cursos de licenciatura são considerados ineficientes para a formação de professores realmente capacitados para ensinar, por este e dentre outros motivos que recorrem a formação continuada, buscando se capacitar para trabalhar as questões voltada Cultura, Religiosidade Afro-brasileira em sala de aula.

Falar sobre religião é algo complexo, pois ainda há resistência na aceitação da diversidade religiosa existente no Brasil. Cada religião trás consigo suas devoções e princípios, sendo esse um dos principais pontos de discordâncias na sociedade. A religiosidade está ligada a cultura de cada grupo social, sendo ela cultuada por uma ligação íntima do indivíduo com suas crenças. Conforme Pontua Souza; Ficagna:

Pode-se dizer que a religião é uma consequência da cultura que habitamos. A cultura de um lado está sob o domínio da liberdade e da exploração, e de outro, sob o domínio da memória, ou seja, pela sabedoria herdada pelas gerações precedentes. A religião faz parte da cultura, esta é constituída por mitos, rituais e comportamento moral. (SOUZA; FICAGNA 2016. p. 59).

De acordo com esses autores, a cultura está ligada ao indivíduo em diversos pontos de sua vida, o que faz com que compreendamos o mundo de modo diferente uns dos outros, a divergência é o que faz com que as barreiras impostas pelo corpo social impeçam as pessoas de ver o outro com respeito independente de sua religiosidade. A rejeição devido à orientação religiosa acontece em diversos espaços, até mesmo dentro das escolas, onde alunos/as discriminam outros/as por ser adepto da religião afro-brasileira. Declara Costa em sua pesquisa que:

Durante a investigação tive contato com duas crianças e um adolescente que em seus relatos apontaram, consciente ou inconscientemente, diversas situações de preconceito em seus ambientes escolares. De acordo com elas ao serem descobertas como afro-religiosas começaram a serem vítimas de expressões de cunho discriminatório, tais como “macumbeiro”, “feiticeiro”, “coisa do

diabo”, “possuído” por outros alunos da escola. (COSTA, 2017, p. 11724). [Grifos do autor].

Percebemos no relato de Costa o preconceito religioso, e a forma inadequada com que alunos/as foram rotulados/as pelo simples fato de seguir a religião afro-brasileira. Essa atitude fere o discente enquanto ser humano, que sente sua fé agredida com as expressões a eles atribuídas. Esse tipo de atitude acontece com frequência, chegando a ser conceituado como algo “normal”. Ainda pontua Costa que:

As duas crianças relataram ainda que no cotidiano escolar os professores nada faziam para combater esses episódios. Ao contrário, suas práticas conduziam a um só tempo para a minimização do preconceito, solicitando compreensão ao para que os alunos vítimas do preconceito religioso entendessem os xingamentos como “brincadeiras normais” e para a naturalização de tais práticas quando do silêncio que configura, neste caso, uma atitude política e pedagógica. (COSTA, 2017, p. 11724). [Grifos do autor].

Conforme o relato a professora não tomou a posição cabível para o momento, qual seja levar não só os discentes envolvidos a refletirem sobre o fato, mas toda a turma, mostrando-lhes que as atitudes praticadas são denominadas preconceito, e apresentar-lhes a diversidade religiosa existente no Brasil.

Devido às ações de preconceito religioso estar presentes na sociedade brasileira, tornou-se algo natural a ponto de ser colocado como “uma brincadeira”. As agressões fazem com que os discentes desvalorizem a si mesmos e passem a não se reconhecerem enquanto negro/a, como também neguem sua fé diante do grupo social para evitar constrangimento, o que chega a atingir sua autoestima, conforme afirma COSTA (2017):

Santos (2005) ao compreender o preconceito de cunho religioso na escola reflete que o silêncio dos rituais pedagógicos para com o preconceito e a discriminação religiosa e racial é responsável pela baixa autoestima de alunos/as negros/as (COSTA, 2017, p. 11727).

Embora a cultura afro-brasileira esteja na formação do Brasil, há resistência entre professores/as em trabalhar a religiosidade afro-brasileira nas escolas. A alegação deles/as é a de que não tem conhecimento sobre tal

religiosidade, e diante do impasse persiste o preconceito decorrente da omissão em discutir tal assunto na escola.

Geralmente a religiosidade individual do docente o impede de avançar na discussão sobre a religiosidade afro-brasileira na escola, no entanto, ele alega desconhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, o que na opinião do docente justifica o não fazer na escola. Esse tipo de comportamento contribui para distanciar o estudante da matriz cultural africana que faz parte da construção do Brasil.

Acerca dessa questão Carvalho e Silva (2018) na sua pesquisa realizaram entrevista com alguns professores/as do RN sobre levar discussões relacionadas ao Candomblé para as aulas. As falas de alguns professores/as mostram que eles não consideram esse tema relevante para se debater na sala de aula:

Candomblé é mais a cultura africana... eu não conheço muito candomblé... Aí pra falar sobre o que eu não conheço é difícil... a questão sobre a religião indígena... Ou africana... Eu nunca tive essa curiosidade de ir a fundo ao que seria o candomblé (CARVALHO; SILVA, 2018, p. 60)

Vixe, assim, não conheço bem, só mesmo de ouvir falar... Assim nunca tive nem curiosidade de ler a respeito, é algo muito diferente da cultura que eu tô acostumada a vivenciar no dia a dia, mas assim nada... De negativo até porque eu não conheço... Só teria condições de responder se de fato eu conhecesse (CARVALHO; SILVA, 2018, p. 60)

Nos depoimentos analisados por Carvalho e Silva (2018) é evidente a compreensão de alguns professores/as com relação à religiosidade afro-brasileira, principalmente quando essa é do/a aluno/a. Nos depoimentos quando se referem ao candomblé professores/as “separam” essa religiosidade da dos discentes de sua sala de aula, quando afirmam que o “Candomblé é mais cultura africana...” Com tal depoimento deixa evidente que a religiosidade Afro-brasileira não faz parte da cultura brasileira; trata-se de uma prática inerente a África.

Outros demonstram falta de interesse em conhecer a cultura afro-brasileira, sobretudo, a religiosidade, quando afirmaram: “[...] eu nunca tive essa curiosidade de ir a fundo ao que seria o candomblé”.

Mesmo tendo conhecimento de que se deve ensinar história e cultura afro-brasileira e africana nas suas aulas, professores/as não a trabalham, não demonstram interesse em buscar conhecimento necessário e romper com o silêncio sobre tal religiosidade.

A falta de conhecimento do/a professor/a se reflete na formação do/a aluno/a, tendo em vista que o ensino é o meio capaz de colaborar com o sujeito na aquisição de novos comportamentos sociais, os quais são relevantes à transformação da sociedade. Acerca dessa questão Rocha (2018) menciona que: “a educação sempre foi vista como uma das formas de transformação da sociedade” (ROCHA, 2018, p. 31).

Essa afirmação é reveladora do quanto à formação dos/as professores/as é importante, sobretudo, porque os possibilitam desenvolver práticas pedagógicas que promovam discussões significativas com os estudantes em sala de aula sobre a diversidade cultural e religiosa do Brasil e como parte dessa discussão estudar sobre o candomblé; religiosidade que pode fazer parte do universo dos estudantes.

Para além de ensinar sobre essa religião, o/a professor/a quando a discute em sala de aula, possibilita que o estudante cuja família é praticante do candomblé não se auto rejeite, não se negue e não aos seus valores. O trabalho em sala de aula sobre o candomblé promove a inclusão do sujeito na escola e na sociedade.

Nesse sentido, a Lei 10.639/003 e as Diretrizes Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana oferecem suporte jurídico e pedagógico para que o/a professor/a desenvolva seu trabalho em sala de aula a partir de metodologias de ensino que leve os estudantes a compreenderem que o Brasil é uma nação culturalmente diversa em todos os aspectos, a exemplo do religioso.

Logo, o trabalho sobre o candomblé na sala de aula contribuirá não só com a formação do estudante, mais também com a do professor/a, uma vez que este terá acesso aos conteúdos pertinentes à história e cultura afro-brasileira e africana. Assim o docente à medida que vai se formando contribui com o processo de desconstrução do preconceito religioso.

Por isso, é importante os professores/as começarem em sala de aula trabalhar sobre o candomblé, ainda que não tenha participado de formações

oferecidas pelas secretarias de educação. Algumas vezes as capacitações dirigidas aos/as professores/as não contemplam essa temática, o que faz com que o resultado não seja o esperado.

Alguns professores/as passaram por formações sobre a diversidade religiosa no Brasil, e nelas discutiram sobre o candomblé, ou seja, tem conhecimento, mas se mantem preconceituosos, sobretudo, porque não tratam esse tema na perspectiva científica, o que faz com que coloquem os seus preceitos e crenças acima da ciência, e não trabalham sobre o candomblé por considerarem essa religião sem importância. Esse tipo de comportamento impede que estudantes aprendam sobre outras formas de as pessoas se comunicarem com o sagrado e expressarem sua fé.

Na realização de sua pesquisa Carvalho; Silva (2018) identificaram esse tipo de comportamento por parte de alguns professores/as:

[...] a gente fez um curso agora recente com os professores aqui sobre educação das comunidades quilombolas... esse tema bastante tratado inclusive, o tema da religião... a minha fala vai parecer mais uma vez preconceituosa, mas não é preconceito. Eu não vejo o candomblé como uma religião... eu sou evangélico, eu tenho essa educação evangélica, eu quero respeitar quem faz de tal, mas eu não, eu confesso a você que correndo o risco de parecer preconceituoso, e digo não sou, tudo bem, mas eu não entraria em qualquer lugar que tivesse candomblé nem aceitaria qualquer reunião... se fosse feita na minha casa, por exemplo, mas defendendo a liberdade de que se querem fazer façam. (CARVALHO; SILVA 2018, p.62).

Nesse trecho há alguns pontos contraditórios, evidenciados quando o/a professor/a afirma não ser preconceituoso/a, porém no seu relato mostra o inverso. É nítida a persistência da não aceitação e do respeito com as ações que não fazem parte da cultura do/a professor/a, sobretudo, a religiosidade.

Apresentar, discutir, e enfraquecer o preconceito com as religiosidades Afro-brasileira é uma conquista não apenas da população negra, mas da sociedade em geral. Essa conquista é necessária a que não haja divisões de grupos nem raças, mas que professores/as possam enxergar que somos resultados da união das diferenças culturais existentes no Brasil, as quais contribuem de forma significativa no entendimento de quem somos.

Nessa perspectiva o olhar do governo Lula para a formação docente enriqueceu a eficácia da Lei 10.639/2003, pois possibilitou que professores/as tratassem com propriedade a história e a cultura do/a negro/a, como também possibilitasse o exercício da cidadania a medida que promoveu a inclusão da população negra na sociedade. Ou seja, o governo atuou quando passou a:

Desenvolver ações e estratégias no âmbito da política de formação de professores (as), a fim de proporcionar o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira e da diversidade na construção histórica e cultural do país e promover o desenvolvimento de pesquisa e produção de matérias didáticos e paradidáticos que valorizem, nacional e regionalmente, a cultura afro-brasileira e a diversidade (BRASIL/MEC, 2013, *apud* ARAÚJO).

No entanto, nem todos/as professores/as receberam de fato o apoio previsto em lei, e ficaram distantes de cumprir os termos de forma devida. Seja por falta da capacitação que não chegou às escolas ou porque não havia interesse e engajamento dos/as professores/as em participar da formação, o que os distanciou do processo de corroborar com a melhoria do ensino proporcionado ao estudante, ou seja, um ensino livre de preconceitos raciais, formador de cidadão capaz de conviver com as diferenças culturais existentes no Brasil.

Logo, as alterações no PPP da escola com base no que compele a Lei 10.639/2003 nem sempre se faz presente na escola, e nem no plano de aula do/a professor/a. O que faz com que a religiosidade afro-brasileira fique restrita a ser trabalhada uma vez no ano letivo, principalmente nas datas como 20 de novembro (dia da consciência negra) e 13 de maio (dia da abolição da escravidão).

O tema religiosidade Afro-brasileira deveria ser trabalhado durante o ano letivo, no entanto, fica restrito há um dia. Esse impasse entre o que impele a lei e a tática educativa nas escolas coloca os estudantes, cujas famílias cultuam o candomblé a se sentirem discriminados. Acrescente a isso, o fato de os estudantes serem negros/as, não se virem representados na escola e fora dela. Isso gera auto discriminação subconsciente de si, e o não reconhecimento enquanto ser humano digno.

Nesse processo é relevante o posicionamento do/a professor/a, principalmente quando se propõe enxergar e respeitar a diferença contida no outro,

entender que somos resultados da diversidade do meio em que vivemos; condição que Carvalho e Silva (2018) identificaram quando professores/as se referiram ao candomblé:

É uma religião tanto como as outras. Eu vejo que todos nós temos o direito de optar por uma religião. Eu tenho respeito tanto por uma como a outra. Essas religiões, que muitos não respeitam, é porque eles não têm o respeito pelo próximo. Eles querem saber o “eu”. Mas é a fé deles, eles estão com aquela fé, eles têm aqueles princípios. Eu tenho meu princípio, você tem o seu princípio, mas é uma religião como outras. Eu não vou afirmar quantas religiões existem no mundo, são várias, com o mesmo objetivo: de adorar só um Deus; todos têm os mesmos objetivos de alcançar a fé, a saúde, o sucesso e a lealdade. Porque eu vou discriminar a religião do candomblé? Eles têm uma forma diferenciada de viver, maravilhosa, uma religião como a minha ou como outra qualquer. (CARVALHO; SILVA, 2018, p. 68)

Eu acho que do mesmo modo que acontece com a religião candomblé, a religião budista, como qualquer religião, ali há um Deus, e que você tem que acreditar e atribuir aquilo a Ele como em qualquer outra religião. Eu já fiz parte de terreiros, e eu acho aquilo encantador (CARVALHO; SILVA, 2018, p. 68).

Embora a escolha do outro seja diferente da nossa não há um segmento certo ou errado, há crenças que devem ser respeitadas. Nesse processo o/a professor/a é um/a mediador/a das discussões em sala de aula e uma boa formação lhe proporcionará construir estratégias de ensino que lhe possibilite trabalhar conteúdos relacionados às religiões em geral, e assim mostrar aos estudantes que não existe religião mais ou menos valorizada que outra. Como mediador/a, o/a professor/a deve atuar de modo a enfrentar o preconceito religioso nos espaços escolares como também fora dele, conforme menciona Filho (2020):

Os professores, então, cumprem um significativo papel de (re) produzir conhecimentos eruditos importantes para a sociedade, ao mesmo tempo, são pensadores que produzem conhecimentos no espaço escolar. Por isso mesmo, ainda tem sido recorrente a valorização de uma qualificada formação e uma vez bem formados serão para desempenhar as inúmeras tarefas que lhe são atribuídas. Contudo, o ambiente escolar apresenta-se desafiador ao professor para a abrangência de novos conhecimentos face ao que se demanda da própria sociedade representada pelos alunos para ampliação e/ou aquisição de novas aprendizagens (FILHO, 2020, p. 05).

A formação continuada do/a professor/a contribuirá com o processo ensino-aprendizagem nos diversos aspectos, esse profissional terá que vencer alguns desafios para que possa desempenhar sua função de modo efetivo e coerente, e assim alcançar seus objetivos, colaborar com a formação individual e coletiva do sujeito estudante, guiando-os a exercer sua cidadania independente de sua etnia ou condição social.

2.2 Os empecilhos da religiosidade afro-brasileira no espaço escolar

Há diversos bloqueios no espaço escolar quando o assunto é religiosidade afro-brasileira. As oposições por vez se encontram nos/as professores/as, alunos/as, gestores/as, famílias dos discentes entre outros. A escola é o ambiente composto por indivíduos com múltiplas culturas e religiosidades, espaço que deve discutir sobre a diversidade e valorização da identidade de cada indivíduo, promovendo a socialização entre os sujeitos e suas culturas, na qual se inclui a orientação religiosa. Acerca dessa questão, Costa (2017) afirma que:

A escola apresenta-se como um espaço de socialização, que abriga em seu interior indivíduos de diversas origens, etnias, classes e religiões, logo é também um ambiente de encontros, formação e reafirmação de identidades (COSTA, 2017. p. 11725).

O ambiente escolar é repleto de diversidade, lugar no qual os discentes devem ter acesso ao conhecimento da diversidade na qual estão inseridos, uma vez que todos/as merecem ser tratados/as com respeito independente de suas crenças. A escola é o lugar propício para a valorização do ser. Tendo como finalidade formar cidadãos que se reconheçam enquanto etnia como também respeite o próximo valorizando-o diante as divergências entre si. Agindo de forma contrária compactuará para que os alunos/as neguem sua identidade como forma de evitar o preconceito e ser aceito no padrão que a sociedade define. Sobre tal questão, Costa (2017) afirma que:

Desta forma, o processo educacional que circula no ambiente escolar deve privilegiar uma educação que valorize a pluralidade de

identidades. Todavia, se a escola, ao contrário disso, se apresenta de forma hostil a carga étnico-cultural de determinado grupo ou indivíduo ela contribui para o silenciamento e autonegação identitária. (COSTA, 2017. p. 11725).

A afirmação de Costa aponta a escola como o lugar que deve orientar e mostrar aos discentes a importância do respeito ao outro, levando-os a refletir sobre o reconhecimento de suas próprias identidades. Essa autora também afirma que se não houver diálogo na escola sobre identidade os discentes que se sentem discriminados por ser negro/a tendem a negar-se. A escola deve ser o espaço no qual o indivíduo não deva se esconder ou adotar padrões ditados pelos demais, inclusive por aqueles que compõem o corpo docente da escola. As religiões afro-brasileiras pouco são mencionadas durante as aulas, porém outras religiões são mencionadas como a católica e a evangélica, pois a religiosidade do/a professor/a interfere no seu lado profissional e ele acabam por transmitir apenas seus valores ignorando a existência de outras religiosidades que possa ter em sua sala de aula. Professor/a deve ficar atento, porque:

Se não cabem ali imagens de Orixás, também não cabem imagens de santos, crucifixos, orações, sejam elas de igrejas católicas ou evangélicas. Uma vez visitei uma escola, e as crianças cantavam cantos evangélicos porque a professora era dessa igreja. Então, algumas manifestações têm o privilégio de serem manifestadas? Ou se permite que existam toda ou nenhuma (PETRONILHA *Apud* SIQUARA, 2013. N.p.)

A religião que não for afro-brasileira possui o “privilégio” de não somente ser mencionada durante as aulas, mas também cultuada a ponto de os alunos cantarem músicas da religião a qual a professora é adepta.

Há vários obstáculos na educação que impedem a discussão em torno das religiosidades nas escolas, tal dificuldade é nítida. As barreiras postas pelos/as professores/as e que segundo eles/as justificam o fato de não trabalharem tal temática, vão desde a falta de formação do /a professor, falta de material específico, ao preconceito religioso deste, uma vez nas políticas da escola nem sempre as religiões afro-brasileiras estão, a exemplo do PPP.

As questões relacionadas à religiosidade africana estão ausentes do cotidiano escolar, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Conforme relatou um professor do RN entrevistado por Carvalho; Silva (2018):

A escola não tem aquele material e o professor tem que correr atrás. Então eu vou à internet e pego as maiores religiões do mundo... aí das maiores a gente vai falando um pouco de cada... (CARVALHO & SILVA, 2018, p. 60):

De acordo com o relato do professor o livro didático não traz determinados conteúdos relevantes a formação do/a aluno/a, no caso as religiões. Na opinião dele não traz porque não é um assunto importante; razão porque ele recorre a internet onde pesquisa algo, prepara sua aula, mas as religiões Afro-brasileiras não são incluídas “nas maiores religiões do mundo”.

É indiscutível que professores/as enfrentam certas restrições ao lecionar sobre as diversidades culturais, raciais e religiosas, principalmente no Ensino Fundamental I. Essa temática está “longe” de ser abordada com as crianças do modo que realmente deveria ser.

As barreiras que os impedem de trabalhar tal temática, tanto no espaço escolar, quanto familiar são muitas. Ao abordar temas sobre as religiões afro-brasileiras em sala de aula, apresentando o candomblé e suas divindades gerarão conflitos entre a família dos discentes e o corpo docente escolar, pois os/as alunos/as mencionam em casa sobre o aprendizado na escola e os pais dos mesmos não aceitam que seus filhos conheçam as religiões afro-brasileiras e recorre a gestão escolar para falar suas aflições ao mesmo tempo em que implica e insulta a religião mencionada nas aulas, conforme relata Campos & Cordeiro, em sua experiência enquanto aplicava uma atividade em uma turma do 2º ano do Fundamental I:

Durante o segundo trimestre do ano de 2016, período no qual o estudo sobre a religião do Candomblé foi desenvolvido, algumas famílias se mostraram preocupadas e aflitas, tanto que a temática foi pauta de reunião trimestral da escola. Além disso, alguns pais e mães se mostraram insatisfeitos com diálogos estabelecidos na escola sobre o Candomblé, que se repercutiram em casa. Comentários como: “Não quero que meu filho aprenda isso”, “Isso não é de Deus”, “E a escola vai ensinar macumba agora?” (CAMPOS; CORDEIRO, 2017, p.10).

O relato dos autores deixa clara a imposição das famílias dos/as alunos/as, quando se fala e apresentam-lhes a diversidade religiosa, existente na sociedade e até mesmo na sala de aula, consideramos esse um dos pontos cruciais como empecilho na abordagem das religiões afro-brasileiras no âmbito escolar.

A sociedade não reconhece o indivíduo negro como cidadão com direitos e deveres, essa perspectiva influência de forma negativa quando negros/as expressam seu pertencimento religioso, as quais trajam questões que envolvem elementos de ascendência negra, o que faz com que a história dessa gente seja “abafada” ou trabalhada de forma camuflada em sala de aula. Essa situação traz consigo uma série de “desventuras”, o que faz com que os estudantes se limitem no acesso ao conhecimento sobre a história da gente negra no Brasil. Por outro lado, tal realidade afeta o seu desenvolvimento social e cultural, visto não se reconhecerem na história que aprendem em sala de aula e, por conseguinte não se reconhecem negro/a, o que faz com que se posicionem politicamente de modo a legitimar o “embranquecimento”, ou seja, não se posiciona de acordo com seu pertencimento étnico e passa a rejeitar-se para livrar-se do preconceito contra o fato de ser negro/a ou professar a religião Afro-brasileira.

Dentre os/as alunos/as que frequentam a escola pública é nítida a diversidade racial e de religião, porém a fé representada nos orixás; divindades do Candomblé, dentre outras religiosidades afro-brasileiras é excluída do currículo escolar por representar “negatividade,” conforme alguns setores da sociedade. De acordo com Cantarino:

Vistos com preconceito, candomblé e umbanda são cada vez menos representativos da religiosidade do brasileiro. A contribuição das crenças afro-brasileiras para a identidade nacional é, no entanto, inegável (CATARINO, 2005, s/p)

Por isso, é importante estabelecer no espaço escolar o diálogo sobre a religiosidade afro-brasileira, pois, esse tema, apesar de ser considerado tabu, o diálogo sobre ele na escola pode colaborar com sua ausência na representatividade da religiosidade do brasileiro, conforme afirmou Cantarino.

O Brasil do ponto de vista cultural está “preso” e mantém no imaginário coletivo a compreensão do/a negro/a como raça inferior, e a falsa ideia do/a “branco/a” como superior. Em função desse imaginário o ensino das religiões afro-brasileiras é negligenciado em sala de aula, o que faz com que alunos/as na educação básica tenham uma aprendizagem fragmentada de tais religiosidades.

Apesar de ser um país negro/a suas práticas religiosas ainda são excluídos na sociedade brasileira, persistem características que representam apenas uma crença de parte da população, a branca e cristã. Enquanto na escola e nos meios de comunicações não há representatividade da religiosidade das pessoas negras. De acordo com Silva e Carvalho (2018).

Na sociedade brasileira, as desigualdades de gênero, classe, “raça” e etnia originaram-se de uma cultura influenciada por uma visão eurocêntrica correspondente à dimensão simbólica e a relações complexas de poder. Tendo uma sociedade construída pela pluralidade étnica, o Estado brasileiro forjou a construção de uma identidade nacional baseada em uma perspectiva monocultural e no mito da democracia racial (SILVA; CARVALHO, 2018, p. 52). [Grifos do autor].

Segundo as autoras a falta de representatividade das pessoas negras na sociedade é causada por uma perspectiva de olhar que não enxerga o sujeito negro enquanto cidadão, questões essas que são frutos de rótulos sobrepostos a esse indivíduo por suas características, as quais “padronizam” o perfil do sujeito, para que desse modo seja aceito no meio social. Essa questão é complexa quando tende a acontecer com as crianças no espaço escolar.

Apesar de muitos professores/as acreditarem que no ensino fundamental I ainda não é importante abordar tal tema por se tratar de uma temática rejeitada pela sociedade, devido aos valores culturais religiosos serem diferentes do que a sociedade estabeleceu como regra e por os estudantes do Ensino Fundamental I não compreenderem tais conteúdos.

Neste viés que segue a educação, o discente fica à mercê da informação, como também de possibilidade de abrir o saber para outras informações e valores sociais que corroboram para construção da sua identidade.

Entretanto, ao se tratar do ensino religioso em sala de aula o que é aplicado segue a convicção religiosa do/a professor/a; este está presente no

processo educativo, mas não realiza estudo sobre as religiões Afro-brasileira, de modo a adquirir conhecimento e repassar para seus alunos/as.

Assim desmistificar a ideia de que existe uma única religião é relevante. No entanto, nem sempre o ensino religioso é trabalhado a contento, professores/as trabalham-no de modo camuflado, o que faz com que o estudante não construa sua identidade racial. A ausência de discussão e debate na escola sobre religião Afro-brasileira deixa professores/as refém do conhecimento.

Na faixa etária que os estudantes do ensino fundamental I estão, não são conhecedores de realizar pesquisas para além do conhecimento em sala de aula, pois nessa fase são guiados pelo ensino ofertado em sala de aula.

Reconhecer a diversidade cultural da sociedade e enxergar a discriminação que os praticantes das religiões Afro-brasileiras passam, torna-se necessário desenvolver bases pedagógicas que enfrentem os ataques tanto no ambiente escolar quanto fora dos muros da escola. Isso é um ato de humanidade que visa enfrentar o preconceito religioso.

As escolas no geral acolhem estudantes das diversas localidades e com eles suas culturas e crenças; nesse espaço passa a existir diversas orientações religiosas, como também aqueles que não seguem nenhuma religião.

O fato de não se trabalhar de modo a contemplar a diversidade que ocupa o espaço escolar, gera no estudante o sentimento de rejeição, pois a tendência é enxergar como estranho o que não conhece. Para que nas aulas todas as culturas e religiões sejam contempladas, independente das escolhas de cada estudante é preciso reinventar o currículo escolar e planejá-lo antes.

2.3 A lei 10.639/03: transformações na educação básica no ensino fundamental I

O trabalho com conteúdo de história e cultura afro-brasileira e africana, conforme orienta a Lei 10.639/2003 exige que professores/as construam estratégias de ensino, ou seja, planejem suas aulas. A perspectiva é a de que trabalhem as memórias da gente negra apagada da sociedade e da história. Essa lei à medida que tornou obrigatório nas escolas públicas e particulares o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação,

pois possibilitou aos professores/as a oportunidade de ampliar o currículo escolar implementando nele a história da população negra como também suas tradições, visando enfrentar e superar o preconceito racial presente na sociedade brasileira.

A partir da aplicação dessa lei negros/as começaram a ter suas histórias, assim como suas culturas e religiosidades compondo o currículo escolar. Mas isso não se fez de forma massiva, visto que há escolas Brasil a fora onde professores/as desconhece a existência da Lei 10.639/2003.

A promulgação da Lei 10.639/2003 escancarou o preconceito racial contra negros/as no Brasil, pois foi necessária uma lei para mostrar a sociedade brasileira que as pessoas negras têm histórias e culturas diferentes e que estas devem ser respeitadas no espaço escolar, assim como são as demais. Com essa legislação o ensino de história, desde então, vem passando por transformações. Pois o debate sobre raça e racismo assumiu a pauta do dia na escola e nos meios de comunicações de massa, e as pessoas negras se apropriaram do termo raça negra para se identificar e abriu outra discussão, a necessidade de políticas de ações afirmativas com o corte racial. De acordo com Bakke (2011):

A promulgação dessa lei representou, por um lado, uma vitória dos movimentos sociais negros, que, desde a década de 1970, vêm se organizando e reivindicando a adoção de políticas públicas de afirmação, em especial na área da educação. Por outro lado, indicou uma mudança substancial do posicionamento do Estado brasileiro em relação ao racismo, explicitando que entraríamos num novo momento político no qual dois modelos de nação entrariam em debate no plano. O primeiro, a partir de um discurso mais universalista, assume a existência do racismo na sociedade brasileira, mas opta por saídas não racistas, colocando-as, assim, em oposição a adoção de políticas públicas que levem em consideração o termo raça (BAKKE, 2011, p. 07)

Compreende-se o quão significativo foi para a sociedade brasileira à promulgação da lei 10.639/2003, ainda que sua aplicabilidade não venha se fazendo a contento. Ela representa a luta incansável das pessoas negras através do movimento negro unificado pela conquista do seu lugar na sociedade brasileira, como também a garantia de ter suas histórias e culturas compondo o currículo das escolas públicas Brasil a fora.

A luta do movimento negro unificado se concentrou nas políticas públicas de ações afirmativas, que venha erradicar a inigualável desigualdade entre negros e

brancos na sociedade brasileira, sobretudo, no que diz respeito a garantia de direitos, o que historicamente coloca as pessoas negras em posições de desigualdades quando comparadas as pessoas brancas. Historicamente negros/as estavam excluídas da sociedade, ou apontadas como aptas a assumirem no mercado de trabalho as funções menos qualificadas e menos remuneradas, acrescente-se a isso, outro fato: a negação de direitos constitucionais e trabalhistas.

Se a promulgação da Lei 10.639/2003 não superou o racismo na sociedade brasileira, abriu o debate sobre esse fenômeno, à medida que colocou em pauta outra questão: possibilitou a sociedade conhecer os privilégios que são assegurados aos/as brancos/as.

Levar a história do negro/a para a sala de aula tem possibilitado uma nova visão sobre o ser negro, à medida que alunos/as tem acessado conteúdos e compreendido a diversidade como razão de ser do Brasil, pois está no cotidiano da sala de aula, e por essa razão os/as negros/as são reconhecidos como tais e cidadãos/ãs de direitos, e os/as alunos/as brancos/as aprendido a respeitar e assim entendido a diversidade como possibilidade de superação da desigualdade, conforme pontua Bakke (2011):

Esse modelo, defendido pelos movimentos sociais negros, passam a pautar a luta contra a desigualdade e o racismo a partir de um discurso da valorização da diferença para a igualdade de condições de acesso a bens e direitos (BAKKE, 2011 p. 07)

A Lei 10.639/2003 traz uma importância particular com relação às religiosidades afro-brasileiras enquanto conteúdos na prática pedagógica de professores/as em sala de aula, à medida que lhes possibilitam desmistificar os estereótipos relacionados a essas religiosidades e as suas divindades cultuadas pela população negra. Para além dessa lei, a Constituição Brasileira de 1988 garante a população brasileira liberdade de expressão como também de culto, enquanto a lei 10.639/2003 garante o acesso ao conhecimento sobre as religiosidades afro-brasileiras, o que representa ensinar alunos/as a respeitarem e valorizarem, de modo que aquele (a) aluno/a, que seja praticante juntamente com sua família não seja considerado um estranho ou inferior, e os não praticantes compreendam a diversidade religiosa como um fato natural da sociedade brasileira e da humanidade, e, portanto, saudável.

Por isso, da Lei 10.639/2003 é marco importante na história do Brasil, em especial para a educação brasileira, à medida que possibilita a todos/as brasileiros/as reencontrar-se. Essa lei incidiu na construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e, por conseguinte na elaboração do Plano de Implementação de tais diretrizes. Assim o.

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana, vem fazer um resgate das tradições dos africanos que até por muito tempo foram esquecidas e até mesmo excluídas em nossas salas de aulas (ARAÚJO, 2016, p.20).

Essa afirmação denota o quanto é urgente e necessário o ensino das tradições africanas na escola da educação básica, pois através delas professores/as mostrarão aos estudantes outros valores, conhecimentos, e saberes que foram inseridos no nosso dia a dia, e, no entanto, não sabemos que muitos hábitos que temos vieram da cultura afro-brasileira e africana. Nessa perspectiva a Lei 10.639/2003 propõe no artigo 3º que:

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdo, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no (Parecer CNE/CP 003/2004 *apud* FILHO, 2020, p. 13).

A implementação dessa lei na sala de aula tem possibilitado aos/as professores/as refletirem sobre a história e cultura afro-brasileira e africana. No entanto, esse fazer deve envolver professores/as de todas as áreas do conhecimento, e com o suporte dos coordenadores/as e supervisores/as pedagógicos, só assim os resultados serão positivos.

3 AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Discussões envolvendo as religiosidades afro-brasileiras nas escolas causa certo impacto, sendo elas na maioria das vezes de modo desagradável ainda mais quando se leva esse diálogo para turmas do ensino fundamental I, composto por alunos/as que na visão da sociedade não compreendem tal tema. No entanto, esses alunos/as chegam à escola com a “bagagem” de informações que abrange uma infinidade de conteúdos incluindo o religioso. O discente no ambiente familiar, e no grupo social ao qual habita absorve valores daqueles que fazem parte do seu cotidiano e o reproduz. Acerca dessa questão Campos e Cordeiro expõem suas experiências ao dialogar com os discentes do 2º ano sobre o candomblé:

As crianças associavam o Candomblé à práticas religiosas maldosas, citando-a como religião do “mal”, algumas famílias se opuseram às pesquisas sobre a religião na escola e disseram que “não era de Deus”. As vivências ajudaram as crianças e as famílias a conhecerem a origem do Candomblé e compreenderem que algumas palavras como “macumba” significavam apenas um instrumento de percussão africano utilizado nos cultos. (CAMPOS; CORDEIRO, 2017, p. 1) [Grifos do autor].

Inquestionavelmente tanto no ambiente escolar, quanto fora dele haverá indivíduos com diversos pontos de vista e crenças. Nesse sentido duas abordagens são importantes e merecem ser discutidas em sala de aula: a religiosidade e a intolerância religiosa. Tendo em vista que a falta de discussão de um traz consequências ao outro.

Embora as religiões afro-brasileiras estejam presentes na sociedade elas são ignoradas e tarjadas de forma ofensivas e referenciadas como diabólicas. Os discentes adeptos do Candomblé não são vistos como dignos de ocupar o mesmo espaço social que alunos/as de outras religiosidades, tanto em escolas públicas e particulares. Na visão de Rocha (2018):

[...] o que se verifica na prática, é que as religiões afro-brasileiras muitas vezes são classificadas como ‘seitas demoníacas’ por outras religiões e seus seguidores, e, não possuem espaço merecido no contexto do Ensino Religioso nas escolas públicas e particulares, e quando isso acontece, são visíveis atos de intolerância e preconceito. Por isso, e por outras razões, é preciso enfatizar sempre, que as religiões de matriz africana, ou seja, as comunidades do Candomblé e da Umbanda fazem parte da sociedade brasileira, e

atuam diretamente no sistema sociocultural, não obstante conservarem uma dinâmica específica e uma identidade própria. (ROCHA, 2018, p.25). [Grifos do autor].

As ações praticadas por sujeitos que não pertencem a religiosidade afro-brasileiras, que “agride” a fé dos comungantes da crença, de modo a assemelhá-los a imagem satânica, atitude essa que representa a intolerância religiosa de um grupo social que está inserido no mesmo cenário dos que praticam a intolerância, e faz parte do mesmo conjunto sociocultural.

É importante que a sociedade compreenda o Candomblé como uma religiosidade como as demais e merece o devido respeito, os indivíduos que cultuam também possuem e seguem preceitos particulares de sua crença. Segundo Pinto (2009, p. 74) “... a religiosidade pode ser entendida como uma experiência pessoal e única da religião...” Cada região possui suas particularidades e a falta de empatia e conhecimento faz com que haja certa perseguição aos praticantes da religião afro-brasileira.

Toda e qualquer religiosidade reverenciam suas divindades, ou seja, uma espiritualidade maior. No catolicismo há pessoas que cultuam imagens de santos da igreja católica, os evangélicos a Deus e os candomblecistas aos orixás. Ou seja, em todas as religiosidades há uma menção a credulidade. Sobre essa questão pontua Pinto (2009, p. 74) “Em outros termos: a religiosidade implica uma referência ao transcendente, ao passo que a espiritualidade implica uma referência ao sentido”. As religiões buscam fortalecer o ser de acordo com a sua espiritualidade, suas crenças e o que faz sentido a vida de cada um.

Na escola os estudantes são privados de alguns conhecimentos precisos a sua formação cidadã; conhecimentos esses que deveriam ser trabalhados ainda no ensino fundamental I. Esses conhecimentos, a exemplo da religiosidade deveriam ser trabalhados de forma ampla para que os/as alunos/as percebessem a diversidade religiosa existente no Brasil.

A ausência dessa prática se constitui negligência no ambiente escolar, sobretudo, porque contribui com a disseminação do desafeto e rejeição para com os praticantes das religiões afro-brasileiras. Sobre tal questão Soares (2019) entende que:

Os alunos possuem muito pouco conhecimento sobre as religiões afro-brasileiras, e na maioria das vezes, estas religiões são associadas a uma ideia de maldade e coisas ruins e não são reconhecidas como religiões, por alguns alunos. Essa visão persiste desde tempos atrás e continua condenando povos e subjugando suas crenças e religiões (SOARES, 2019, p. 60).

Com base nessa afirmação é nítida a importância de trazer a discussão da diversidade religiosa para a escola e desenvolver trabalhos pedagógicos com os estudantes, de modo que eles compreendam a diversidade de religiosidades que habitam na sociedade brasileira, e assim professores/as desconstruam o preconceito contra as religiões Afro-brasileiras, quando é comum associá-las a feitiçarias e maldades.

Professores/as devem inserir na sua prática cotidiana em sala de aula a diversidade religiosa não como obrigação, e sim como um conjunto de fatores que fazem parte da nossa história, e, portanto, da formação humana, e assim colaborem para desmistificar a imagem da religiosidade Afro-brasileira como prática negativa e maléfica.

Associar a figura do negro africano escravo, bem como suas práticas religiosas a uma imagem negativa, como a de considerar as religiões africanas uma engenharia de obras demoníacas, feitiçaria, bruxaria, entre outras, parece ter sido algo comum naquela época (MOREIRA & SILVA, apud SOARES, 20019, p.60).

O contato com a diversidade religiosa permitirá ao estudante adquirir conhecimento capaz de se contrapor as concepções agressivas, que discriminam e negam a religiosidade da pessoa negra. Professores/as devem apresentar a pluralidade religiosa ao estudante sem, no entanto, tomar partido, ou seja, hierarquizar e conceituar como melhor ou pior. Ainda que ele professe uma religião, não apontar como preferida, mas possibilitar o debate, de modo que o estudante perceba a diversidade religiosa como algo natural e inerente a humanidade. Por isso, todos/as devem respeitar cada religião, conforme pontuam Moreira e Silva (2019):

As discussões em torno das religiões afro-brasileiras devem ser feitas no intuito de proporcionar aos alunos o conhecimento e respeito à diversidade religiosa. Sem valorizar uma religião em

detrimento das outras ou no interesse de persuadir na convicção religiosa do outro (MOREIRA; SILVA, *apud* SOARES, 2019, p. 60).

As palavras das autoras apontam o quão importante é o reconhecimento da diversidade religiosa existente no Brasil, sobretudo, porque cada criança traz consigo suas crenças e suas divindades, porém nem todas possuem a mesma coragem para demonstrá-la, seja por falta de espaço ou por sentir que se revelar sua religiosidade será discriminada pelos demais, que passam a vê-la como diferente. Esse comportamento é recorrente entre estudantes cujos pais e eles são praticantes das religiões de Afro-brasileira. A religiosidade nem sempre apresentada nas escolas é valorizada, o que gera conflitos de identidade, conforme conceituam Simões e Salaroli (2017).

A diversidade e a intolerância, dois temas presentes na sociedade brasileira que exigem mais atenção ao serem discutidos no âmbito escolar, a partir dos contextos históricos. É necessário abordar essa temática na escola e nas salas de aulas, visto que a demonstração e os atos de intolerância fazem parte da realidade social vivida hoje por muitos dentro ou fora dos muros da escola (SIMÕES; SALAROLI 2017, p.01).

A prática educativa que apresenta a religião contribui com a formação cidadã dos estudantes a medida que o possibilita compreender o mundo no qual está inserido, e as contraposições com que irá se deparar no decorrer de sua trajetória. Ainda os leva a distinguir e conhecer as diversas tradições religiosas e suas representações na sociedade, sobretudo, o sentido que tem para os diversos sujeitos. Esse é um caminho para erradicação dos estereótipos atribuídos as religiões Afro-brasileiras, conforme afirma Berardi (s/d).

A Educação Religiosa no currículo escolar tem a dimensão de proporcionar à educação escolar a oportunidade para que o educando descubra o sentido mais profundo da existência; encontre caminhos objetivos adequados para sua realização e valores que norteiam o sentido pleno da vida (BERARDI, s/d, p. 02).

É inegável a existência e permanência da influência da religião Afro-brasileira na formação cidadã. Tal influência passa por dois pontos de vistas: positivo e significativo. Para os praticantes a influência é positiva, sobretudo, porque as religiões lhes ensinam sobre a relação com a natureza, com os semelhantes e o

sentido da vida. Enquanto para os não praticantes as religiões Afro-brasileiras são negativas, pois são demonizadas e as práticas são associadas ao mal. Essa compreensão está presente em diversos setores da sociedade, inclusive nas escolas.

Logo, a falta de conhecimento sobre as religiões Afro-brasileiras nos leva a rejeitar as contribuições destas a sociedade e a formação humana, apenas porque suas práticas se diferenciam do que normalmente é aceito na sociedade. Acerca dessa questão Cantarino afirma que:

As religiões afro-brasileiras, ao longo de sua trajetória histórica, ganharam reconhecimento tanto por seu papel na preservação e reinvenção da herança africana como por sua contribuição para a cultura nacional (CANTARINO, 2005. s/p).

Os praticantes das religiões Afro-brasileiras mantêm cultos que são desvalorizados pelos brasileiros, mas estão na matriz da formação cultural do Brasil. São expressões e crenças que fazem parte da história do Brasil, e se estabeleceram como patrimônio e parte importante da cultura brasileira e por tal condição não podem deixar de existir.

Nesse sentido, é importante os/as professores/as elaborarem propostas didáticas que trabalhem a diversidade religiosa dentre elas o candomblé, e assim proporcionar aos estudantes o conhecimento da diversidade durante sua vida escolar, apresentando-lhes crenças, tradições, manifestações que fazem parte da identidade do Brasil, mostrando-lhes também a resistência a qual essas religiosidades enfrentam ao longo do tempo, conforme aponta Cantarino:

Mas a luta histórica dessas religiões contra o preconceito continua. Cada vez mais ameaçadas por um cenário de intolerância religiosa crescente, as concepções, os rituais e o panteão de religiões como candomblé, ainda são um patrimônio desconhecido para muitos brasileiros. Muitas vezes, é esse desconhecimento que margem ao preconceito contra essas religiões e seus adeptos (CANTARINO, 2005. s/p).

3.1 Adeptos da religião afro-brasileira aos olhos da sociedade

Vivemos em uma sociedade declarada livre, na qual o cidadão pode escolher seu modo de vida, sua religiosidade e expressá-la, porém não é o que notamos, quando o estudante declara ser candomblecista ou umbandista ele não atrai bons “olhares”, o que faz com que se sinta diferente e inferior aos demais. Conforme afirma a professora Graça, na pesquisa de Carvalho e Silva:

Há muito preconceito contra os praticantes das religiões de matriz africana na escola, isto os faz sentir-se intimidados quanto a assumir sua orientação religiosa (CARVALHO; SILVA, 2018. p. 336)

Esse fato nos faz refletir quais valores os/as professores/as estão deixando transparecer com suas posturas a ponto de fazer com que o estudante se sinta discriminado por sua orientação religiosa. Por vez a escola “adota” os conteúdos relacionados à cultura e história da África, porém não lhes é “aceito” a religiosidade afro-brasileira. Com base nesse ponto de vista pontua ainda a professora Graça na pesquisa de Carvalho e Silva (2018):

[...] que nos últimos anos, nas escolas onde há maior número de professores evangélicos, os docentes adeptos do candomblé se sentem discriminados e que isto acontece com a anuência dos diretores (CARVALHO; SILVA, 2018. p. 336)

Com essa reflexão percebemos que não basta abordar temáticas relacionadas a África e não mencionar as religiões afro-brasileiras. É preciso o/a professor/a abordar o todo com respeito e não destacar seus valores religiosos em detrimento a diversidade religiosa.

Tanto o estudante quanto o/a professor/a candomblecista possuem o direito de cultuar suas divindades, e de se expressar de acordo com sua religião, pois são livres para tomar suas decisões, tendo a escola como apoio para desconstruir a visão da sociedade que os agridem com seus preconceitos. De acordo com Rocha e Rocha (2017):

O aluno praticante das religiões afro-brasileiras tem o direito de afirmar seus valores sociais e culturais pela vestimenta, vocabulário e expressão corporal. Sendo a escola responsável por zelar para que

os colegas de outros credos não o ridicularizem (ROCHA; ROCHA, 2017, p. 338).

A escola possui papel importante na desconstrução do preconceito religioso estabelecido pela visão embranquecida da sociedade, porém há algumas instituições de ensino que se limita a exercer esse papel a partir dos valores do/a professor/a ou da gestão escolar. Essa atitude resume-se no pensamento de que todos são iguais e que não veem a necessidade de expor a diversidade religiosa no espaço escolar.

Tal comportamento faz com que aqueles que são de religião afro-brasileira se contenham em expor suas crenças e opiniões na intenção de esconder sua identidade, ou seja, passam a seguir padrões que não lhes pertencem, assemelhando-se a “branquitude”; aceita pela sociedade. O depoimento da professora Rose denota essa visão:

Tenho 58 anos, trabalho há trinta anos como professora de primeira à quarta em uma escola de freiras. Todos esses anos tive que esconder minha religião. Eu sabia que, se as irmãs descobrissem minha religião, eu seria mandada embora do trabalho. Nesses anos presenciei inúmeras vezes as formas desrespeitosas com que tratavam minha religião. A dor era maior por não poder reagir, pois reagir naquela situação era certeza de perder o emprego. Quantas vezes para não aparecer na escola com marcas de minha religião tive que inventar uma doença, forjar um atestado médico para justificar minhas faltas. Na minha religião existem preceitos que muitas vezes exigem usar um turbante branco, ou até mesmo toda a roupa branca. Como aparecer assim na escola? É muito difícil fingir essas coisas. A gente aprende com o tempo a conviver escondendo essas coisas que, para nós, são tão preciosas. O preconceito é muito grande. As pessoas não entendem ou não querem entender, então discriminam (ROSE *apud* ROCHA; ROCHA, 2017, p. 343).

O discurso de Rose é marcado pela discriminação, pela tristeza de não poder cultivar sua fé e por presenciar falas que inferioriza sua religião. Rose deixa claro que o motivo que a levou a suportar tais discriminações era o receio de perder seu emprego, e ao relacionar essa situação aos estudantes eles irão ter essa postura, porém o motivo será se proteger dos demais para que não sejam apontados como seres diferentes. O sentimento será o mesmo, a rejeição sentida pela professora Rose.

O ato de não se mencionar a religiosidade Afro-brasileira na sala de aula e de discriminar os praticantes se dar por querer afastar essa cultura da sociedade na intenção de eliminá-la. Ignorar a existência ou até mesmo questionar o indivíduo por suas crenças desenvolve a intolerância religiosa, com sentimento de repulsa. A escola possui um papel desafiador, o de socializar a diversidade religiosa e desmistificar a visão preconceituosa que abrange sobre os praticantes de religiões de Afro-brasileira. Segundo as autoras:

As escolas são os ambientes de socialização e podem ser o meio usado para combater as várias intolerâncias e violências que sofrem os praticantes das religiões afros. O desafio é muito maior, e a necessidade de uma nova visão deve ser aprimorada para combater junto com os alunos a intolerância, religiosa e racial (MOREIRA; SILVA, *Apud* SOARES, 2019 p:49).

Nesse ponto as autoras expressam que o/a professor/a possui papel importante para os alunos, porém afirmam não ser fácil, a intolerância religiosa é algo a ser pensado e repensado sobre como abordar tal tema com os discentes de maneira que não os machuque nem os façam se sentir rejeitados.

Quando o indivíduo se depara com a rejeição e passa a se sentir diferente esse sentimento desestabiliza o ser, afeta sua autoestima e sua identidade, logo tenta se assemelhar a imagem que atribui positividade, buscando a aceitação dos demais, conforme pontua Silva (2005):

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si própria e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos (SILVA, 2005, p. 23).

De acordo com a afirmação de Silva (2005) entendemos que a busca por uma imagem positiva gera no indivíduo a conformidade de mudanças em si para solucionar aquela negatividade que enfraquece suas emoções, o seu eu interior.

3.2 Intolerância Religiosa

A intolerância religiosa está presente no nosso dia a dia podendo se manifestar de maneira sutil ou não, é importante obter o conhecimento de que quando não aceitamos a orientação religiosa do outro estamos de certa maneira agredindo sua fé. Estamos praticando a intolerância, seja por discriminar, ofender ou agredir o indivíduo que o julgamos diferente e indigno de estar no mesmo ambiente social que pertencemos, por cultuar uma crença que julgamos errada ou quando o indivíduo afirma não possuir crenças, essas atitudes são expostas na intenção de valorizar valores próprios tidos como princípios verdadeiros (BRASIL *apud* Simões; Salaroli, 2017).

A intolerância religiosa é um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas, discriminatórias e de desrespeito às diferentes crenças e práticas religiosas ou a quem não segue uma religião. Sendo comum crime de ódio que fere a liberdade, a dignidade humana e a própria democracia, a intolerância religiosa costuma ser caracterizada pela ofensa, discriminação, perseguição, ataques, desqualificação e destruição de locais e símbolos sagrados, roupas e objetos ritualísticos, imagens, divindades, hábitos e práticas religiosas. Em casos extremos, há atos de violência física e que atentam à vida de um determinado grupo que tem em comum determinada crença. (BRASIL/MEC *apud* SIMÕES; SALAROLI, 2017 p. 414).

Atitudes como as citadas acima faz com que o indivíduo se reprima e tente esconder seus ideais como uma fuga de atos ofensivos e agressivos; atos que acontecem não somente nas ruas, mas dentro das escolas também, ocasionados pela falta de propostas pedagógicas e diálogos com discentes sobre a religiosidade afro-brasileira e formação para professores/as no que diz respeito à diversidade religiosa, vetando o aluno de se expressar e de se auto conhecer.

Esses pontos levam o estudante a se reprimir quando é adepto de alguma religião Afro-brasileira e ao mesmo tempo contribui com a intolerância religiosa.

Para que estudantes praticantes do candomblé não sejam rejeitados por seus colegas em sala de aula, mais também pelo/a professor (a) que cultua outras crenças. É importante que o/a professor/a demonstre respeito pelas religiões dos estudantes, e assim não torne a escola lugar de julgamento, mas de respeito.

Professor/a deve proporcionar situações de respeito e acolhimento do estudante, sobretudo, quando ele/a não se sentir parte do ambiente escolar, apenas porque sua religiosidade é diferente da maioria da turma. A ação do/a professor/a deve se fazer no sentido de que não se sinta desamparado e não queira frequentar a escola. Essa situação está evidenciada na fala da professora Eloisa, docente de uma escola estadual do Rio de Janeiro:

[Eloisa]. Nós já vimos acontecer com um garoto que havia feito o santo e foi super maltratado na escola. A professora o chamava de “filho do diabo”. É muito complicado, é muito perigoso. [...] A gente tem que ter muito cuidado, da forma como a religião é tratada nas escolas. [...] Tá errado, cada um tem o direito de ter a sua religião, escolher o que é melhor pra si (QUINTANA, 2013, *apud* ROCHA; ROCHA, 2017, p.341).

Na fala da professora Eloisa, notamos o quanto é relevante respeitar as escolhas do próximo, e apoiá-lo em suas decisões e não fazer com que se sinta discriminado por sua religião. Tratar o/a aluno/a como um ser diferente e atribuir-lhe rótulos fará com que os demais copiem essa atitude e comecem a praticar a intolerância religiosa dentro da escola e conseqüentemente levar esse ato para além dos muros escolar, atingindo não somente o/a aluno/a que se iniciou no santo, mas todos/as os/as praticantes.

Na escola concentra-se um grande número de diferenças, e administrar essas questões ainda é algo complexo, mostrar que não há um lado certo ou errado é algo limitado, argumenta Soares (2019).

A escola possui um papel fundamental na luta pela tolerância, e na demonstração de que o diferente não é o lado ruim. A escola possui a função de demonstrar no dia-a-dia que aquilo que determinado grupo não pratica não é algo errado (SOARES, 2019, p. 44).

A forma como a sociedade se impõe diante a diversidade religiosa contribui para que a intolerância religiosa se intensifique. Levar essa reflexão para as escolas é relevante porque possibilitará fazer com que os estudantes conheçam e se reconheçam enquanto parte da sociedade sem que seja taxado por sua fé, conforme afirma Carvalho e Silva (2018):

A escola constitui um espaço importante para a implantação de estratégias de combate à discriminação racial no Brasil. Daí a relevância do conhecimento sobre as matrizes africanas das religiões afro-brasileiras para a valorização das identidades afrodescendentes e a promoção da igualdade racial no espaço escolar. (CARVALHO; SILVA, 2018, p. 52).

O processo de desmonte de conflitos que gera a discriminação e agressão contra os praticantes de religiões Afro-brasileiras, a valorização das identidades, e a aceitação de si fará com que os estudantes vítimas de preconceito religioso passem a se sentir parte do espaço que ocupa na escola e na sociedade, se sintam detentores de direitos iguais àqueles que professam a religião cristã. A escola é o ambiente propício a compreensão e partilha de conhecimentos fundamentais a formação do indivíduo enquanto ser humano e cidadão. Por isso, a escola deve levá-los a refletir sobre seus atos e preceitos, de modo que esteja aberto a ouvir outros princípios, formando sua identidade e respeitando as diferenças, conforme conceitua Soares (2019):

A escola precisa adaptar muitas coisas e trabalhar para tornar o convívio na instituição como uma troca de saberes e crenças, esclarecendo tudo aquilo, que antes era pré-concebido. Dessa forma, a tolerância religiosa pode surgir no meio escolar. (SOARES, 2019, p: 49)

A troca de experiência é uma estratégia positiva na visão de Soares (2019), por meio dela é possível expor determinados pontos de vistas como diálogo na intenção apenas de partilhar e a partir daí colher frutos “apagando” o julgamento idealizado e “alimentado” por falta de conhecimento.

Para que a escola possa de fato desenvolver habilidades de combate a intolerância religiosa entre outros preconceitos é preciso que todo o corpo docente tenha o mesmo foco e conhecimento. Só assim pode alcançar os mesmos objetivos, entender qual a visão do estudante sem julgá-lo, mas mostrar-lhe respeito e compreensão; promovendo um elo entre os discentes deixando-os livres para expor sua “bagagem” de conhecimento decorrente do seu meio social, conforme enuncia Milani *apud* Soares (2019):

Se pretendermos erigir um ambiente de tolerância na Escola, será importante considerar algumas posturas:

- a) Conhecer as religiões como fenômeno sempre presente nas múltiplas culturas em todo percurso histórico. Cada crença conserva características próprias de sua civilização;
- b) Conhecer as diversas religiões sempre relacionando em que contexto histórico elas surgiram. Dessa forma o aluno terá oportunidade de arrolar sua crença religiosa com as demais existentes e não menos importantes.
- c) Motivar a sintaxe de um convívio afetoso por meio de colóquios ecumênicos e inter-religioso, proporcionando aos alunos e toda comunidade escolar, um momento de reflexão a respeito das diferenças religiosas. A postura ética e moral poderá ser resgatada. (MILANI *apud* SOARES, 2019, p. 44).

3.3 A escassez do Material Didático Afro-Brasileiro no Ensino Fundamental I

Ao folhearmos o material didático distribuído aos estudantes nas escolas, notamos que a história nele escrita e contada em sala de aula se limita a chegada de negros/as no Brasil na condição de escravizados. Toda história da população negra é descrita a partir da escravidão, o que leva o estudante a entender que só existe a história do negro escravizado, de seres que não tem valor, não tem um passado, são inferiores aos demais devido à condição que foi obrigado a assumir ao serem sequestrados do seu local de origem.

Os livros didáticos não favorecem a população negra enquanto cidadão, o que faz com que as crianças que se deparam com tal material não se reconheçam enquanto negras e desejem ser branca; negue sua religião para que seja aceita na escola e na sociedade. A partir desse ponto assume uma identidade que não lhe pertence, uma vez que se esconde de se.

Em relação à matriz africana, na maioria dos livros didáticos que conhecemos, o ensino sobre a África é geralmente ausente ou é apresentado de modo distorcido ou de forma estereotipada (MUNANGA; GOMES *Apud* CARVALHO & SILVA, 2018, p.54).

Embora a Lei 10.639/2003 proponha ao Sistema Educacional meios de romper as barreiras impostas ao longo dos anos com o estudo da cultura africana e afro-brasileira, o que é trabalhado em sala e como é trabalhado não atinge esse objetivo. O trabalho realizado por professores/as em sala de aula é importante, principalmente porque dar visibilidade a história de um povo que está presente em

significativos setores sociais. No entanto, o preconceito religioso e a intolerância religiosa e a discriminação são fatos, conforme ressalta Anjos (2016):

A promulgação da lei 10.639/03, a instituição da obrigatoriedade do ensino sobre a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas, é um marco legal que representa importante avanço para a história brasileira, tanto para a população afrodescendentes, quanto a própria noção de democracia do país. No entanto, ao mesmo tempo em que a lei 10.639/03 é uma conquista, de forma alguma ela se apresenta como o fim de um já longo e árduo caminho para a superação do racismo, mesmo em seu aspecto mais simbólico. (ANJOS, 2016 pp. 50, 51)

Em consequência da escassez de bons livros didáticos que possibilitem professores/as trabalharem a diversidade religiosa em sala de aula, ocorrem inúmeros problemas no desempenho escolar das crianças negras, pois o modo com que se descreve essa população os afeta, mesmo em sua infância, quando no seu livro didático não há representatividade positivas de pessoas que tem o mesmo tom de pele que ela, ou seja, não há contribuições positivas dos/as negros/as; esses são colocados de maneira “insignificante” na sociedade, marginalizados com atribuições pejorativas e discriminados.

Por vezes, há professores/as que partilham dessas ideias e reforçam a insegurança das crianças que conseqüentemente se negam a assumir sua identidade como também respeitar os demais de acordo com suas diversidades. Desse modo professores/as não os veem como seres que “necessitam” reconhecimento, e garantia de direitos, pois são merecedoras, uma vez que habitam e estão presentes nos bancos escolares e são cidadãos/ãs.

Não deixa de ser questionável a ausência de apoio pedagógico durante as aulas, uma vez que materiais distribuídos aos estudantes, não trazem conteúdo relevante a história do povo negro e não menciona as religiosidades Afro-brasileiras. Constitui-se um desafio para o/a professor/a abordar tais temas e desenvolver a troca de experiência com os estudantes, por se tratar de temas que a sociedade inferioriza discrimina e preconceitua.

...o estudo das religiões afro-brasileiras há muito se rejeitava de modo que se expandiram nos processos de discriminação e associação a uma cultura inferior, quando não ao próprio mal, ao

demônio, de modo que não conhece sobre tais religiões que em sua matriz africana não se identifica essa representação (FILHO, 2020, p. 11).

Essa reflexão mostra a imagem que a sociedade possui das religiosidades Afro-brasileira, a partir desse imaginário surge a discriminação, por as pessoas não conhecerem a cultura afro-brasileira e devido à falta de conhecimento é comum se associar as religiões Afro-brasileiras a figura do diabo.

O livro didático não deveria conter imagens negativas de pessoas negras, e sim contar a história e a cultura dessa gente. Por não conter conteúdos que valorizem e representem o povo negro como cidadãos parte da sociedade passa a interferir no desenvolvimento da criança enquanto em sua vida acadêmica, pois se sentirá deslocada no ambiente escolar pelos olhares de rejeição e também no seu eu enquanto cidadão quando lhe designa trabalhos inferiores, atitudes essas que atinge a autoestima do indivíduo levando-o ao processo de aceitação desses rótulos, conforme relata Filho (2020):

Isto quer dizer que, está presente na maioria dos livros didáticos, formas de discriminação ao negro, além da presença de estereótipos, que equivalem a uma espécie de rótulo utilizado para qualificar de maneira conveniente grupos étnicos, raciais ou, até mesmo, sexos diferentes, estimulando preconceitos, produzindo assim influências negativas, baixa autoestima às pessoas pertencentes ao grupo do qual foram associadas tais "características distorcidas" (FILHO, 2020, p.12).

Ocorre a falta de empatia quando comportamentos como esses são praticados, atingindo o outro de forma direta e egoísta, na qual fica de lado o ser humano, sua etnia e história, seus valores são ignorados. Desse modo a pessoa negra passa a ser alvo da sociedade na perspectiva negativa. Pois sua atuação não é vista como digna de um indivíduo livre das correntes, ainda lhe é atribuído uma imagem depreciativa.

É preciso entender que a história dos afrodescendentes vai além de um passado escravocrata. É preciso que se apresente em temas e textos, o protagonismo, valorizando aspectos históricos, culturais, religiosos, econômicos, sociais, intelectuais. E isso ainda está muito aquém do ideal. (FILHO, 2020, p. 14)

Falta nos materiais didáticos do ensino religioso representatividade positiva do ser negro, a ausência do protagonismo negro faz com que a visão ultrapassada de serviçal acompanhe o ser negro até os dias de hoje como também a interpretação errônea de sua cultura religiosa, tornando-os vítimas do preconceito religioso construído pela sociedade.

4 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Mesmo com inúmeras discursões com relação ao racismo atualmente, ainda é muito frequente o olhar de rejeição da sociedade para a população negra, seja homens, mulheres e crianças, e no ambiente escolar essas ações não são diferentes, fazendo com que a criança passe por situações de constrangimentos ao ser ‘apontada’ por seu tom de pele, contribuindo para que a mesma negue sua identidade e passe a adotar uma que seja aceita pela sociedade, logo essa criança entenderá que ser negro é algo ruim e essa atribuição errônea irá fazer parte do seu cotidiano. Revela BASTOS, 2015 uma experiência vivenciada em uma escola pública no Rio de Janeiro com uma aluna de 06 anos, ao ouvir uma história contada pela professora:

Após a leitura, um aluno relacionou a criança do livro com uma aluna da turma que eu identificava como negra. A partir disto o conflito se instaurou. A aluna começou a chorar dizendo que não era parecida com a criança do livro porque ela tinha nascido branquinha. Com isso nenhum aluno da sala queria se parecer com a criança do livro, todos começaram a arrumar justificativas para não se igualarem àquela criança. (BASTOS, 2015, p.615)

Com base no relato de BASTOS notamos que a criança a qual foi comparada com a menina do livro, chora e afirmar não parecer com a garota do livro por ter nascido branca, na fala dela é nítida a rejeição de sua própria identidade como também a tristeza que sente ao ser comparada, atitude essa que pode ser fruto das circunstâncias de sua vida familiar ou até mesmo discriminação. Podemos perceber que os demais alunos procuram se “defender” oferecendo desculpas para não ter referências suas com a criança mencionada na história, pelo fato da história mencionar uma criança negra. As crianças adotam essa defesa muito cedo e na intenção de estar se protegendo nega suas raízes. De acordo com a experiência de BASTOS, compreendemos que a escola é um lugar propício para a construção da identidade negra, que os professores tem muito a contribuir na vivência escolar do alunado sendo ele negro ou branco. Afirma ainda Bastos (2015):

Através de vivências como essa, pode-se perceber o papel fundamental da escola na luta pela construção de uma sociedade que combata o racismo e o sexismo. Muitas vezes professoras e professores carregam a tensão de acreditar nessa luta, mas, por não sentirem na própria experiência os efeitos de uma sociedade desigual hierarquizada a partir da raça, por exemplo, acabam negligenciando esse conhecimento na sua prática profissional

cotidiana. No entanto, nenhum profissional da educação pode se furtar de enfrentar essa questão. Professores e professoras têm um papel estratégico no desenvolvimento de pesquisas e na formulação de práticas pedagógicas que reflitam o ideal de uma educação antirracista e antissexista, isto é, uma educação comprometida com a superação das desigualdades e das diferenças construídas a partir da ideia de raça e gênero. (BASTOS, 2015, p. 619)

Em alguns momentos os professores presenciam quando um aluno é julgado por sua etnia ou quando o próprio nega sua identidade, porém ao silenciar compactua com esse comportamento, conforme Bastos (2015) afirma acima. Desenvolver diálogos e propostas pedagógicas que valorizem a identidade negra está ao alcance do professor como também de todo copo docente escolar, para que desse modo possa contribuir para um ensino e aprendizagem sem desigualdade de raças.

A socialização é um fator importante para que as crianças se reconheçam de acordo com sua etnia, reconhecendo que vivi em um país com inúmeras diversidades e que não existe certo ou errado, feio ou bonito. A escola é um dos lugares onde se concentra um número extenso de diversidades sendo um ambiente apropriado para efetuar discussões referente a etnias, religiosidade, raças, dentre outros temas relevantes que contribua de forma significativa na vida acadêmica e enquanto cidadã da criança. No que diz respeito a religiosidade é uma questão complexa pois ao se referir as religiões afro-brasileiras como por exemplo o Candomblé é como se cometesse algo proibido pela rejeição que o professor exposto como também os discentes que segue a religião.

Na escola o desafio enfrentado por professores/as é desconstruir os estereótipos construídos em torno do candomblé, sobretudo, quando o material didático usado pela criança em sala de aula contribui com a estereotipização dessas religiões. Para superar os estereótipos professores/as devem buscar materiais didáticos que valorizem o sujeito independente de sua etnia e crença religiosa. A superação dos estereótipos é importante para a criança, sobretudo, porque possibilita que se sinta pertencente a uma etnia, cuja história e cultura faz parte da matriz constitutiva do Brasil. Por isso, a representatividade da religiosidade afro-brasileira no currículo escolar e na prática em sala de aula é necessária, ela possibilitara o/a aluno observar traços semelhantes e saber que há um grupo social

que possui as suas características e história, e por meio dela se reconhecer, conforme declara Andrade (2005):

[...] a identidade de uma pessoa como a consciência de que o seu modo de ser, de viver e de falar seja semelhante ou até mesmo possa identificar-se com o modo de ser, de viver e de falar de um determinado povo ou de uma determinada comunidade ou tribo. (ANDRADE, 2005, p. 120).

Essa reflexão torna-se relevante, pois as colaborações das diversas etnias na formação cultural do país são significativas para aqueles e aquelas que são discriminados, como se não fizesse parte da sociedade brasileira. A falta de referência construtivas na vida do indivíduo, contribui para a perda de sua identidade na qual o sujeito fica preso a imagens que desfavorece o seu eu no meio social, e leva consigo o sentimento de não pertencimento a seu grupo étnico, sendo esse um fardo que o acompanhará em sua jornada de vida como algo negativo, conforme afirma Andrade (2005):

É a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático e nos demais espaços mencionados que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição à sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana. (ANDRADE, 2005, p. 120).

A identidade é um componente fundamental na vida do ser humano, pois através dela o indivíduo conhece suas origens, reflete sobre o quão é significativo o contato com referências positivas, sobretudo, para sua autoestima e para seu desenvolvimento pessoal, conforme cita Andrade (2005).

Se a pessoa acumula na sua memória as referências positivas do seu povo, é natural que venha à tona o sentimento de pertencimento como reforço à sua identidade racial (ANDRADE, 2005, p.120).

Reafirmar o valor de cada etnia contribui para que a criança se valorize mesmo diante da negatividade que a rodeia. Nesse sentido abordar conteúdos sobre candomblé em sala de aula estabelece um elo com a vivência do alunado, e se constitui um meio de não focar somente no conteúdo que deverá ser aplicado e sim relacionar a vivência do estudante ao que está sendo exposto em sala de aula, o

que o leva a perceber por intermédio da dinâmica a realidade do seu grupo étnico. Nesse sentido.

Cabe ao professor procurar mediar sempre, não só pensando no conteúdo em si, mas como é a relação do aluno com o conteúdo apresentando, sempre usando a criatividade e fazendo com que este aluno se sinta parte do processo de ensino-aprendizagem (JUNCKES, *apud* SOARES, 2019, p. 56).

É perceptível que, quando a criança se depara com conteúdo que se aproxima de sua realidade cultural, como a religião dentre outros aspectos, ela passa a se sentir pertencente a história exposta pelo professor/a, o que é um ponto importante para seu desenvolvimento pessoal.

Nessa perspectiva é importante o/a professor/a planejar as aulas, uma vez que tem a possibilidade de construir mecanismos estratégicos que leve o/a alunos/a construir sua identidade, o que está de acordo com os objetivos da Lei 10.639/2003.

Ao trabalhar em sala de aula as religiões Afro- Brasileira, o educador poderá realizar um trabalho com pesquisas na qual deverá colaborar na forma identitária do aluno e com um compromisso social, em busca do respeito a religiosidade Afro-Brasileira, mas para além de todo esse trabalho é necessário, que também o corpo docente escolar ao iniciar com o porteiro, as pessoas que estão nos serviços gerais, secretária precisam também ter a um trabalho pedagógico, para que venha desmistificação a ideia que tem sobre as religiosidade Afro- Brasileira, pois os docentes muitas vezes fazem um trabalho pedagógico em sala de aula, e quando os discentes saem para frequentar os demais espaços da escola, pode se haver em um comentário ou uma brincadeira dos funcionários, que leve a desconstrução de todo aprendizado que o docentes realizou em sala, por isso que se faz necessário também esta temática a ser abordada também com todos os funcionários da escola, para que haja um trabalho coletivo.

As ações propostas e trabalhadas pelos/as professores/as em sala de aula visam despertar nos discentes suas particularidades como também levá-los a enxergar as propriedades e qualidades do outro e compreender a individualidade de

cada ser, e assim entender que é através da singularidade que é formada a sociedade.

O modo como o trabalho é desenvolvido na sala de aula contribui para a construção e reconhecimento da identidade não apenas durante as aulas, mas para além dela, ou seja, na vida cotidiana.

Por isso, é importante que a realidade vivida pela criança negra, ou seja, a sua religiosidade esteja representada no material didático utilizado por ela e o/a professor/a em sala de aula, assim o alunado negro/a se afirmará sujeito seguro de sua identidade, passará a ser respeitada, à medida que possibilitará desconstruir a imagem que o outro tinha do/a negro/a como inferior. Constituir-se-á sujeito autônomo de sua história e reproduzirá esse sentimento onde quer que ele esteja.

Para que isso ocorra na escola é importante o/a professor/a planejar as atividades a serem desenvolvidas junto aos discentes, para que estes não se sintam pressionados ou ofendidos com as discussões sobre identidade e religiosidade fomentadas em sala.

Cabe ao/a professor/a preparar um bom material a ser trabalhado no decorrer das aulas, o que exige dele criatividade para atender a necessidade de sua turma, como também se desprender dos rótulos impostos pela sociedade. Acerca desta questão, Andrade pontua que:

A criatividade de cada facilitador (a) pode movimentá-la como desejar. O termo facilitador (a) é próprio para a prática porque a função é tornar fáceis as questões que as crianças encontram na discussão. Para isso, esta pessoa tem que ser ou estar livre dos estereótipos arraigados na sociedade brasileira e que corroem como metástase o corpo da sua diversidade racial (ANDRADE, 2005, p. 122).

Nesse processo é essencial o/a professor/a motivar a criança a superar barreiras que a impedem de se auto reconhecer, oferecer-lhe estímulos positivos para seu crescimento pessoal e respeito ao próximo, tendo em vista a complexidade da aceitação de si e do outro.

Desta feita, aplicar a Lei 10.639/03 implica em desenvolver um novo olhar sobre o fazer educacional de modo a valorizar a história e cultura de um povo que está presente na construção da história do Brasil, desde o período colonial:

O evento da lei 10.639, em um primeiro momento insurge como possibilidade de se abrir novas perspectivas no processo educacional, onde os valores e contribuições dos negros na história do Brasil pudessem ser explicitados, conhecidos e assumidos como elementos relevantes na construção das identidades (ROCHA, & ROCHA, 2017, p. 388).

Por meio dessa lei é possível provocar discussões pertinentes em sala de aula e apontar valores da gente negra e que estão na sociedade brasileira, os quais fazem parte do dia a dia do sujeito negro e são relevantes a sua identidade. Com base nesse pensamento é relevante discutir a religiosidade afro-brasileira como prática de resistência e existência negra na sociedade brasileira e destacar as discussões pertinentes à desconstrução do preconceito religioso e a valorização da identidade negra, conforme afirma Araújo:

A partir das reflexões acerca das religiões afro-brasileiras, levantamos os seguintes questionamentos: onde está toda a história dos nossos irmãos africanos, sua cultura e religiosidade? Qual o lugar da identidade? São perguntas que podem ser refletidas dentro da sala de aula e que podem vir a sanar qualquer tipo de preconceito ou falta de conhecimento sobre os mesmos. (ARAÚJO, 2016, p. 9)

Abordar tais questionamentos referentes às religiões afro-brasileiras fará com que muitas outras questões apareçam, sendo oportuno desencadear essa discussão, com fins de desenvolver reflexões relacionadas à história que valorize todos os sujeitos sociais e suas práticas, a exemplo da religiosidade e identidade. O ambiente escolar é o espaço que pode e deve ser trabalhada essa temática, uma vez que não se pode ignorar a identidade religiosa do discente e simplesmente “pincelar” o discurso sobre religiosidade sem proporcionar ao alunado um debate pedagógico respeitoso.

A identidade religiosa também necessita ser respeitada na escola, na medida em que, ao definir a cara da escola, deve-se colocar na proposta pedagógica a identidade religiosa a partir dos educandos. Não se deve usar o discurso de obrigatoriedade de religião para todos, mas sim uma compreensão de pluralidade de religiões (RODRIGUES; MACHADO; JUNQUEIRA, *apud* LEITE, 2015, p. 17).

Encarar o fato é trabalhar em sala aula a identidade e religiosidade dos discentes como um ato político e não obrigatório, não basta falar sobre religião, deve se fazer bem mais que isso. Deve-se levar essa temática para uma roda de conversa no decorrer da aula, de modo a torná-la dinâmica, e dar espaço para que os/as alunos/as façam questionamentos e tirem dúvidas e assim contribuam para a compreensão, valorização e respeito a diversidade existente na sociedade brasileira.

4.1 Candomblé: religiosidade afro-brasileira

O Candomblé é um legado da ancestralidade africana instalado no Brasil como forma de manter a fé daqueles (as) que foram trazidos para um local totalmente diferente do seu lar. Essa gente encontrou na tradição do culto aos orixás meio de resistir ao sofrimento e assim manter viva sua cultura. De acordo com Kileuy; Ocaguiã, *apud* Soares (2019):

O candomblé é uma religião que foi criada no Brasil por meio da herança cultural, religiosa e filosófica trazida pelos africanos escravizados, sendo aqui reformulada para poder se adequar e se adaptar às novas condições ambientais. É a religião que tem como função primordial o culto às divindades- inquices, orixás ou voduns -, seres que são a força e o poder da natureza, sendo seus criadores e também seus administradores. Religião possuidora de muitos simbolismos e representações que ajudam a compreender o passado e também a discernir melhor as verdades e as mentiras, permitindo assim definir conceitos. No candomblé nada se inventa ou se cria, só se aprende e se aprimora. Este saber e este conhecimento são conquistados com a prática, no dia-a-dia, com o tempo, a humildade, o merecimento, a inteligência e, principalmente, com a vontade de aprender! (KILEUY; OXAGUIÃ, *Apud* SOARES, 2019, p. 28).

Com esses traços brasileiros “reergueram” suas crenças com o Candomblé para se sentirem mais próximo a sua realidade, sendo assim suas manifestações religiosas não eram realizadas como faziam na África, portanto a implantação no Brasil é afro-brasileira. Desse modo o Candomblé se instalou no Brasil com a “união” das culturas que fazem parte da identidade cultural de determinada população com expressões próprias, conforme relata Araújo (2016):

A identidade cultural de um povo é constituída do encontro das diferentes heranças culturais que o compõe, como a língua, os

costumes, as tradições, os valores, as festas, as músicas, entre outros elementos (ARAUJO, 2016, p. 08).

A luta para se manter firme era constante, pois as perseguições eram diárias, por se tratar de uma religiosidade de uma população menosprezada, não era aceita sendo acompanhada de perto pelas autoridades, e devido a rejeição foi preciso assemelhar essa religiosidade com a crença católica, para que dessa maneira fosse aceita, conforme pontua Jasen *apud* Soares (2019):

As religiões afro-brasileiras eram proibidas, e os terreiros eram frequentemente visitados pela polícia. Por isso seus praticantes deviam sempre buscar caminhos para fortalecer a aparência católica dos Orixás e dos terreiros. O sincretismo se tornou assim estratégia de sobrevivência (JASEN *Apud* SOARES, 2019, p. 27).

O culto as crenças trazidas da África, só foi possível porque negros/as camuflaram-no, o que fez com que as autoridades como também a sociedade acreditassem que estavam cultuando os santos católicos e não as suas divindades. O despreço da sociedade brasileira pelo Candomblé fez com que na sua prática os adeptos e praticantes tenham recorrido aos santos católicos para camuflar o culto aos orixás.

O fato de a sociedade não aceitá-lo distanciou o candomblé, seus preceitos, suas manifestações e divindades da convivência social, e foi-lhe atribuídos rótulos preconceituosos; atitude que transcorreu no tempo e chegou à contemporaneidade quando no espaço escolar o candomblé é tachado de diabólico. Por isso, trazer a discussão sobre essa religião para o espaço da sala de aula é importante, sobretudo, porque possibilita desenvolver entre alunos (as) o reconhecimento no que diz respeito a sua etnia e convicção religiosa.

No espaço escolar há discentes, cujos pais e eles cultuam os orixás, ou seja, são candomblecistas, no entanto, essa religião não é trabalhada durante as aulas, o que faz com que os/as alunos/as adeptos/as escondam suas crenças para não serem julgados por sua fé.

Nesse sentido é importante o/a professor/a conhecer sobre o candomblé para que possa abordar sobre ela com os discentes, lhes apresentar como e em quais circunstâncias essa religião passou a ser praticada e foi forjada em terras

brasileiras. Esse exercício é necessário na sala de aula, sobretudo, porque colabora com a desconstrução dos estereótipos e o preconceito religioso.

O candomblé possui características próprias, pois suas manifestações são realizadas através de rituais, os quais não são compreendidos pelos não praticantes o que os levam a serem preconceituosos. Embora algumas de suas práticas se assemelhem ao que é praticada em outras religiões, a sociedade tende a discriminar, conforme destaca Soares (2019).

O candomblé pode muitas vezes ser condenado, por possuir alguns rituais, que aos olhos de leigos, em relação a esta religião, não sabem como realmente funciona está. Uma das grandes práticas, pela qual o candomblé é julgado, é pela questão dos sacrifícios, práticas comuns dentro dos rituais desta religião. Assim como as oferendas, muito criticadas e condenadas (SOARES, 2019, p. 30).

Na afirmação de Soares (2019) o conhecimento sobre o candomblé é importante, sobretudo, porque garante que professores/as e estudantes compreendam as ações dessa religião, e supere as convicções errôneas que possui e passem a ser agentes de enfrentamento e combate do preconceito religioso, principalmente porque as religiões possuem práticas que são comuns, a exemplo do sacrifício. Conforme pontua Soares (2019) no candomblé:

O sacrifício e a oferenda, quando analisados, nada mais são do que práticas comuns realizadas pela sociedade há muito tempo. A ideia do sacrifício de um animal, para ser oferecido a um deus, e depois compartilhado como alimento, remete a prática comum de todos os seres que se alimentam de carnes animais no dia-a-dia, mas não se importam, pois, seu contato com a prática, do sacrifício do animal, não é direta. Quando praticado dentro de uma religião, que vem a ser de matriz africana, assume um caráter maligno, na visão de muitas pessoas que contribuem para perpetuar uma ideia equivocada e preconceituosa desta religião (SOARES, 2019, p. 30).

Cada religiosidade possui suas doutrinas e particularidades, porém ao se tratar da religião afro-brasileira atribuem-se condutas maléficas, e não se busca entender tão pouco conhecer.

As manifestações do Candomblé ocorrem em um local denominado Ilê, casa, terreiro, espaço divino e sagrado onde além de cultuar os orixás, também ocorrem outros rituais sagrados, conforme apresenta Soares (2019).

Os terreiros, além de serem os locais sagrados para os rituais de culto aos orixás, também são os locais onde ocorrem outros tipos de manifestações desta religião, como as danças que fazem parte da composição ritualística do candomblé (SOARES, 2019, p. 31).

Os candomblecistas possuem um lugar próprio para realizar suas manifestações religiosas, lugar sagrado no qual mantem contato com a natureza, e realizam suas práticas espirituais e culturais. Eles acreditam que suas divindades estão na natureza, e com elas mantêm uma ligação. Para cultuá-las realizam cerimônias de consagração aos orixás, com toques de instrumentos e cantos que descrevem as particularidades do sagrado.

Tais divindades são acionadas por rituais preparatórios e o momento de absoluta sacralidade se dá quando elas expressam suas histórias mitológicas ao som de atabaques e de outros instrumentos, bem como das cantigas que retratam as características e os feitos dessas divindades. Essas divindades são entendidas também como manifestações distintas dessa que é a divindade suprema (BOTELHO; NASCIMENTO, 2012. p. 76).

É importante reconhecer que cada religião possui seus ritos devotos, e que não existe o certo e o errado, somos frutos da diversidade. Efetuar manifestações religiosas é um meio de se conectar com o seu interior, assumir sua identidade, reconhecer suas origens e valorizá-las. No candomblé as divindades são representadas por orixás, sendo no total dezesseis:

- Exu
- Oxóssi
- Obaluaiê – Omulu
- Xangô
- Yansã / OYÁ
- Obá
- Nanã
- Oxaguiã
- Ogun
- Ossain
- Oxumaré, Ewá
- Oxum
- Logun-Edé
- Iemanjá
- Ibéjis
- Oxalufã/Oxalá /Tupã.

Fonte: Conheça os orixás⁶

⁶ Disponível em: <<https://www.marica.rj.gov.br/conheca-os-orixas/>>

4.2 Contação de história e apresentação dos orixás: valorizando a identidade negra

Diante da abordagem a ser colocado em sala de aula, no Ensino Fundamental I, é necessário que antes de iniciar a temática referente às religiões Afro-Brasileira, haja um diálogo com os alunos (as), para que o docente perceba o conhecimento prévio dos discentes, e partir de cada “fala” aluno (a), o docente vai introduzindo a aula, para que desperta a curiosidade e instigue a querer saber sobre a aludida temática discutida, trazendo o material pedagógico que foi planejado para ser executado em sala de aula, e assim, existindo uma relação entre professor (a) e aluno (as), consequentemente a trocas de saberes na prática educativa.

Entretanto, o propósito da prática pedagógica com a temática da acerca das Religiões Afro-Brasileira, vem com o intuito de poder desmistificar o saber que muitos dos discentes trazem a sala de aula, fruto da educação patriarcalista fundada nos princípios religiosos de sua família, que por vez se tem um discurso “satírico”, no que diz respeito às religiões Afro-Brasileiras. Partindo deste pressuposto, que entendemos por que alguns discentes tem um discurso arraigado sobre a religião e muitos deles têm receio de falar sobre a mesma, mas enquanto professores(as), devemos estar buscando propostas pedagógicas que venham, a erradicar estes pensamentos arraigados sobre as religiões, para que se construa um pensamento capaz de gerar o respeito mútuo entre as religiosidades.

Apontamos uma estratégia metodológica que possibilite ao/a professor/a na sala de aula ensinar sobre o candomblé, e assim valorizar a autoestima do estudante cuja família e ele sejam adeptos dessa religião, o que proporcionará que ele reconheça sua identidade entre outros fatores importantes ao seu desenvolvimento pessoal e social.

As atividades sugeridas são para alunos que estejam no 4º Ano do fundamental I, na qual as atividades deverão ser ministradas em 06 aulas tendo um período de 45 minutos cada, tendo como objetivo trabalhar o candomblé com a apresentação das lendas dos Orixás, no intuito de mostrar uma religiosidade como a identidade de um povo, e suas contribuições para a formação da sociedade na qual vivemos, fazendo parte da cultura brasileira. Para a realização das atividades será preciso: Data show, cartolinas, coleções, caixa de som e notebook.

Apontamos nesse trabalho a contação de história como metodologia capaz de possibilitar o/a professor/a trabalhar a religião afro-brasileira em sala de aula, e assim valorizar a identidade negra e religiosa do/a aluno/a. Para tanto, recorreremos aos orixás cultuados no candomblé. Dos 16 orixás escolhemos cinco para trabalharmos em uma sequência didática, os mesmos foram escolhidos por suas associações as divindades católicas mais conhecidas, para que desse modo seja mais fácil os discentes fazerem as associações. São eles:

- **OXALÁ:** Orixá masculino, é considerado um dos orixás mais importantes, simboliza o chefe da família, pai de quase todos os outros orixás como também dos seres humanos. Oxalá foi o orixá designado para criação dos seres que vivem na terra. Sua cor é branca, dia de culto é sexta-feira, sua data comemorativa é 25 de dezembro, associa-se Oxalá a Jesus, o elemento da natureza é o ar.
- **OGUM:** Orixá masculino, guerreiro tido como rei das guerras e do ferro, protetor das estradas de ferro como também de portas de templos e residências, vigia os caminhos defendendo do perigo, sua cor é azul, é responsável por dirigir as leis e fazer com que as cumpram, seu dia de culto é terça-feira, o elemento da natureza é o fogo, sua data comemorativa é 23 de abril. Ogum é associado a São Jorge.
- **OXUM:** Orixá feminino, habita nas águas doces, sendo assim seu elemento da natureza é a água. Sofisticada e vaidosa, gosta de roupas e joias valiosas, graciosa gosta de encantar com sua dança, trazendo nas mãos um espelho enquanto dança para refletir sua beleza. Oxum é o orixá da fertilidade, as mulheres clamam a Oxum na gravidez e no parto, é conhecida como protetora da vida, também é considerada mediadora no laço conjugal, auxiliadora no alcance da paz espiritual e riquezas. Sua cor é o amarelo. Dia de culto é sábado.

Data comemorativa é 08 de dezembro. Associa-se Oxum a Nossa Senhora da Conceição. Seu elemento da natureza é a água.

- **IEMANJÁ:** orixá feminino, conhecida como rainha do mar, digna de respeito, e considerada mãe de quase todos os orixás, famosa por proteger os pescadores e monarca das famílias, preza pela união familiar. Sua cor é azul claro, é associada a Nossa Senhora dos Navegantes. Data comemorativa 02 de fevereiro, dia de culto é o sábado.
- **OSSAIN:** Orixá masculino, protetor das matas, florestas e plantas, elemento da natureza é a terra, sua cor é verde e branca, é associado a São Benedito, dia de culto desse orixá é a quinta-feira e sua data comemorativa é 05 de outubro.

Fonte: VENTURA, Solange Christine⁷

Na descrição dos orixás que iremos trabalhar com atividades pedagógicas notamos a ligação que as divindades possuem com a natureza como também a relação dos orixás com o catolicismo, e como já foi citado no decorrer do trabalho a dificuldades dessas abordagens devido à falta de material didático na escola,, o que faz com que fique com professores/as a responsabilidade de buscar o material que lhe possibilite trabalhar em sala de aula, e cumprir o que propõe a lei 10.639/2003. Para tanto, indicamos algumas atividades que podem ser desenvolvidas em sala de aula do ensino fundamental recorrendo ao Candomblé e os orixás.

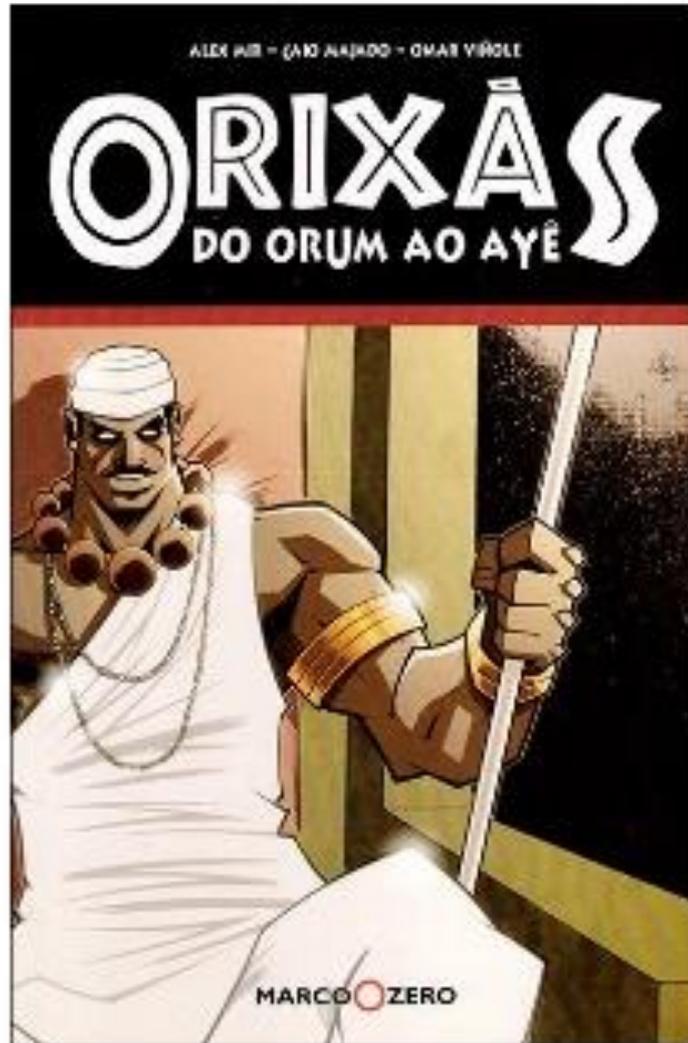
ATIVIDADE 01

Apresentamos como proposta uma HQ escrita por Alex Mir, Caio Majado, Omar Viñole. O livro é composto por cinco capítulos e conta a história da criação do mundo por meio dos orixás, descrição que é apresentada em ambientes religiosos no qual se contempla os orixás. Os autores relatam a criação do mundo numa

⁷ Disponível em: <<http://www.curaeascesao.com.br>>

perspectiva desconhecida dos discentes, com ilustrações chamativas, o que desperta o interesse da criança para o contexto narrado.

Imagem 1 - HQ Orixás do Orun ao Aiyê



Fonte: site universohq (2021)⁸

O primeiro capítulo da HQ apresenta o personagem principal da história, o Deus supremo Olorum, e o seu desejo de não ficar sozinho, para tanto, criou o primeiro Orixá chamado Oxalá um ser semelhante a si, que após sua criação recebeu o dom de dar a vida a qualquer elemento, trazendo-lhe a vida através de um sopro. Olorum ficou feliz com o que acabou de fazer e por não se sentir mais sozinho resolveu moldar outros orixás para que Oxalá pudesse dar-lhes a vida,

⁸ Disponível em: <<https://universohq.com/reviews/orixas-do-orum-ao-aye/>>

assim criou outros orixás. Em seguida viu que seus orixás precisavam de um ambiente harmonioso e criou o Orun, o mundo espiritual.

Após concluir esse capítulo com os discentes é importante o/a professor/a promover um diálogo com os mesmos no intuito de que relatem suas opiniões sobre o que lhes foi apresentado e identificar se eles conseguem fazer alguma ligação da história contada com outras versões da criação do mundo.

O segundo capítulo aborda o desejo de Olorum na criação da terra. O deus supremo escolheu entre seus orixás Oxalá para levar o pó ao Aiyê (mundo paralelo a Orun) para dar origem a terra. Oxalá obedeceu e foi em sua missão, despertando o sentimento de ciúmes em um de seus irmãos Odudua. Oxalá imediatamente atendeu ao pedido de seu pai e foi realizar sua missão. Em sua caminhada encontrou Exu, guardião dos caminhos que lhe cobrou uma oferenda para que pudesse seguir adiante. Oxalá disse que não tinha nada para ofertar e tentou seguir, mas Exu persistiu e apontou para a galinha e a pomba que Oxalá levava para cumprir o que Olorum pediu. Oxalá explicou que não lhe ofertava as aves e que precisava seguir. Exu furioso com sua atitude desejou que em seu percurso sentisse muita sede ao ponto de sua boca ficar seca. Sem dar atenção Oxalá continuou a caminhar, em um determinado momento Oxalá sentiu-se cansado e com muita sede e decidiu parar um pouco, ele encontrou uma palmeira e se recordou que a mesma quando é perfurada jorra vinho, e na intenção de matar sua sede acabou se embriagando e adormecendo. Ododua seu irmão enciumado consultou os búzios após a saída de Oxalá e lhe foi revelado que teria uma bela oportunidade na criação da terra, mas teria que seguir atrás de Oxalá e levar consigo uma oferenda para Exu, e assim o fez. No instante em que Oxalá adormeceu, Odudua aproveitou para pegar o pó da criação que ele guardava. Ao finalizar o capítulo é interessante questioná-los sobre o que foi relatado na história. Esse trecho da história cabe uma discussão pertinente para os discentes com relação à linguagem lorubá que não faz parte da nossa linguagem. É viável dividir a turma em grupos e incentivá-los a realizar uma pesquisa para que conheçam as palavras que não fazem parte do vocabulário da criança tais como: Orixá, Orun, Ayê e os nomes dos orixás que aparecem nesse capítulo da história para que possa haver uma roda de conversa na qual cada aluno/a exponha suas descobertas.

O terceiro capítulo descreve a intenção de Odudua para com Oxalá, revelando que sentiu inveja de seu irmão quando não foi escolhido para a missão da criação da terra, seguindo-o aguardou um momento de displicência de Oxalá para que pudesse tomar posse dos objetos que o deus supremo lhe confiou. Ao conseguir clamar a Olorum e relatar que seu irmão não conseguiu cumprir com a missão que lhes foi confiada, Olorum permitiu que ele realize a tarefa que o seu irmão até o momento não tinha finalizado e com aprovação de Olorum Odudua seguiu ao Aiyê e cumpriu com seu compromisso criou a terra e se sentiu orgulho pelo feito. Retornou para casa e confirmou a seu pai que tudo estava como ele havia pedido. Nesse capítulo é possível pedir para que os discentes recriem os cenários apresentados assim como as personagens descritas por meio de gravuras e em seguida expliquem seus desenhos, de modo que ocorra a socialização entre os mesmos, e expliquem quais pontos da história foi mais interessante na visão de cada aluno/a.

O quarto capítulo mostra que Olorum deu uma segunda chance a Oxalá confiando-lhe a criação de seres para habitar o Aiyê. Oxalá imediatamente se dirigiu ao Aiyê e iniciou o projeto da criação, sem noção de como seria começou a imaginar possíveis materiais que poderiam utilizar para cumprir sua missão e após tentar criar seres com ar, fogo, madeira e água se sentiu esgotado e ficou sem saber como e o que fazer, até aparecer outro orixá chamado Nanã e perguntou-lhe o motivo pelo qual Oxalá estava tão pensativo. Ele a revelou que já tinha testado vários materiais para a criação de seres, conforme lhe ordenaram, porém não havia conseguido achar o material perfeito. Nesse momento Nanã lhes apresentou o barro, e disse-lhe que podia utilizá-lo para sua missão. Oxalá então iniciou a geração de novos seres chamando-os de humanos e denominando-os de homem e mulher e os levou para apresentar a seu pai. Olorum se encantou com a criação de Oxalá e aprovou, ordenando-lhe que desse o sopro da vida aos seres, fazendo dele o protetor de sua criação. Finalizando o capítulo é importante levar as crianças a uma reflexão sobre a criação frisando pontos precisos como: quem foi o responsável? Como aconteceu a criação dos novos seres? Qual material utilizado para a criação dos seres humanos? Como a vida foi atribuída aos homens e mulheres? Promover esse diálogo contribuirá de modo significativo para o desenvolvimento dos discentes, pois verão que há outras versões da criação do mundo, que não há uma história única e

verdadeira, perceberem a importância de conhecer a diversidade que o rodeia, fazendo desse momento um processo de desconstrução de que há uma versão certa e errada da história humana.

O quinto e último capítulo retrata a divisão entre a terra e o céu, mostra que humanos e deuses viviam livremente entre o Aiyê e o Orun e em um determinado dia um casal procurou Oxalá e pediu que ele os concedesse um filho, pois já estavam com a idade avançada e ainda não tinham filhos. Oxalá questionou a idade deles e disse que não era possível. A mulher pediu que em nome do deus supremo ele os concedesse um filho e Oxalá o concedeu com a exigência de que a criança nunca fosse ao Orun. O casal aceitou a imposição de Oxalá e seguiu feliz para sua casa. Alguns meses depois a criança nasceu e ao passar do tempo foi crescendo muito esperto e começou a questionar o pai sobre onde era seu trabalho e o que fazia. O pai muito paciente explicou que ele não poderia conhecer seu trabalho por ser muito perigoso. O garoto não aceitou essa explicação e seguiu seu pai até o Orun e ao conhecer o ambiente foi surpreendido por um dos deuses que o levou até Oxalá. Ao se deparar com a criança Oxalá ficou muito chateado ao perceber que os humanos quebraram o acordo com o deus e por esse motivo separou o Orun do Aiyê, e os humanos só voltariam a entrar no Orun após a morte, e assim o fez. Ao finalizar a HQ é oportuno propor uma produção textual, de modo que a criança relate os seguintes pontos:

- Qual sua opinião sobre a HQ contada?
- Quais pontos foram mais interessantes?
- Já conhecia essa história?
- A História da HQ é semelhante a alguma outra história?
- Qual sua opinião sobre os orixás?
- Qual orixá lhe chamou mais atenção? Por que?
- Qual orixá você gostou menos? Por que?

Após finalizarem a última atividade promover uma roda de conversa para que partilhem suas opiniões e aprendizados, nesse momento o professor poderá perceber se há dúvidas ou questionamentos por parte dos discentes e poderá saná-los da melhor maneira possível.

ATIVIDADE 02

Apresentar a lenda de “Oxum e sua dança para Ogum” com auxílio do retroprojeter de imagem e telão. O/a professor/a deve explicar aos discentes que Ogum é um orixá e é representado na imagem de um guerreiro, e está ligado a guerra e ao fogo, por isso, é considerado o orixá mais próximo do deus supremo. Oxum, orixá feminino considerada rainha das águas Após os alunos assistirem o vídeo promover um diálogo sobre os orixás, de modo que seja relatada para os/as alunos/as a personalidade de Oxum e Ogum. Em seguida promover o jogo do passa ou repassa com questões relacionadas ao vídeo exibido:

- 01-Quais os orixás que aparecem na história?
- 02-Quem tinha o poder de encantar com a dança?
- 03-Qual motivo levou Ogum a sair de sua casa?
- 04-Onde Ogum se refugiou, quando fugiu de casa?
- 05-Qual objeto Oxum segurava quando dançava para Ogum?
- 06-Qual o trabalho de Ogum?

Imagem 2- Representação de Ogum em desenho



Fonte: Site astrocentro (2017)⁹.

⁹ Disponível em: < <https://www.astrocentro.com.br/blog/espiritual/ogum-no-candomble/>>

Imagem 3 - Representação de Oxum em desenho



Fonte: Site astrocentro (2017)¹⁰

ATIVIDADE 03

Realizar a contação de história com fantoches, e contar a Lenda de lemanjá. No final orientar os/as alunos/as a realizarem uma pesquisa dirigida onde explorem a história de lemanjá. A recomendação é a de que usem a criatividade e construam cartazes e por meio das imagens escolhidas recriem a lenda desse Orixá e exponha aos colegas.

¹⁰ Disponível em: < <https://www.astrocentro.com.br/blog/espiritual/oxum/> >

Imagem 4 - Representação de Yemanjá em biscoit



Fonte: site pinterest (2021)¹¹

ATIVIDADE 04

Expor a lenda de Ossain escrita para uma leitura coletiva, ao finalizar promover o diálogo com foco nos elementos que compõem a lenda e o principal Orixá representado no texto. Como atividade propor aos discentes formar grupos e realizem uma peça teatral sobre a lenda de Ossain.

¹¹ Disponível em: < <https://br.pinterest.com/pin/711076228650985664/>>

Imagem 5 - Representação de Ossain em desenho



Fonte: Site Pinterest (2021)¹²

ATIVIDADE 05

Após a exposição das lendas os discentes deveram escolher o orixá que mais lhe chamou atenção e realizar uma pintura em tela que contemple o cenário e os principais elementos de cada orixá. As telas devem ser expostas na culminância do projeto. A dinâmica da apresentação será formar duplas, que devem trocar suas pesquisas para que um apresente a atividade do outro.

¹² Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/469007748670576898/>>

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das bibliografias analisadas no decorrer do trabalho, podemos verificar as barreiras enfrentadas pelo/a negro/a na sociedade brasileira, enquanto sujeito. São perceptíveis os valores errôneos que a sociedade cultua, o que é fruto das práticas que aconteceram desde o período da escravidão, elas só se reinventaram.

Com base nos relatos das referências bibliografias consultadas, foi possível notarmos a discriminação racial das mulheres, homens e crianças negras nos diversos ambientes da sociedade, o que faz com que estes sujeitos adotem uma identidade que não lhes pertencem para que desse modo não sejam apontados como ser diferente dos demais.

Outro ponto que mencionamos é a postura da sociedade com relação a religiosidade, sobretudo, o Candomblé. O indivíduo adepto é desrespeitado no meio em que vive e tal ação chega as escolas, o que faz com que os discentes de famílias candomblecistas não se sintam parte do ambiente escolar, o que exige o/a professor/a desenvolva prática pedagógica de enfrentamento do preconceito religioso.

Muitas são as barreiras enfrentadas tanto pela criança que sofre a discriminação religiosa, quanto o/a professor/a que busca estratégias para levar os discentes a conhecer e refletir sobre a diversidade religiosa que há na sociedade brasileira, e assim fomente o respeito independente da cultura ou religião. Diante disso, concluímos ser possível discutir religião Afro-brasileira com estudantes do Ensino Fundamental I, sobretudo, porque a diversidade religiosa existente no Brasil está na escola e na sala de aula.

Esse tipo de discussão possibilitará que os estudantes conheçam a diversidade religiosa do Brasil, identifique a religiosidade Afro-brasileira como parte integrante da cultura brasileira, e, portanto, está presente em todas as regiões desse país. Por isso, professores/as quando trabalham tal conteúdo em sala de aula possibilitam aos estudantes aprendam a respeitar e desconstruir os estereótipos construídos os quais só prejudicam a construção das identidades entre as crianças negras, que tendem a negar-se.

A partir das discussões elaboramos algumas atividades pedagógicas como sugestões que podem ser aplicadas em turmas do 4º ano do ensino

fundamental I, apresentando-lhes o Candomblé por meio das lendas dos orixás, apresentados como divindades e fazendo referência aos elementos da natureza, que os representam, desestruturando assim as imagens maléficas atribuídas a essa religião.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. Construindo a autoestima da criança negra. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC/SECADI, 2005.

ARAUJO, Maria José de. **Religiões Afro-brasileiras**: em um debate a partir da Base Nacional Comum Curricular. Caicó: Universidade Federal do rio Grande do Norte. (Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira). Departamento de História do CERES / Campus de Caicó.2016.

BASTOS, Priscila da cunha. “Eu nasci branquinha”: Construção da identidade negra no espaço escolar. In. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 615-636, 2015.

BAKKE, Rachel Rua Baptista. **Na escola com os orixás**: o ensino das religiões Afro-brasileiras na aplicação da Lei 10.639. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. (Tese de doutorado) Departamento de Antropologia/ Universidade de são Paulo.2011.

BOTELHO, Denise & NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Educação e Religiosidades Afro-Brasileiras: a experiência dos candomblés. In: Participação. Janeiro 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11854> > Acesso em 17 de abril de 2021.

CAMPOS, Rebeca Ramos & CORDEIRO, Sandro da Silva. **Respeito não Rima com Preconceito**: o candomblé e o ensino religioso na escola da Infância brasileira. Anais IV CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2017.

CANTARINO, Carolina. Religiões em Constante Ameaça. Patrimônio. In. Revista Eletrônica do IPHAN. Setembro/outubro 2005. Disponível em: < <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=45>> Acesso em 02 de fevereiro de 2021

COSTA, Renata Silva da. Apontamentos sobre Preconceito Religioso na Escola. In. **Educere**: XIII Congresso Nacional de educação. 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26141_12728.pdf > Acesso em 29 de abril de 2121.

CHIES, Bruno. Nina Rodrigues e a Modernização através da Ciência das Raças. In. **Humanidades em Diálogo**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 129-139, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106212>. Acesso em: 24 maio. 2021.

FILHO, José Luís Xavier. **Educação Básica e Relações Étnico-raciais dentro da Sala de Aula**: representatividade, cultura e religiões afro-brasileiras. Anais do Congresso nacional africanidades e brasilidades. Universidade Federal do Espírito Santo, 2020.

GUIMALHÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

JESUS, Jovenez Lopes Teixeira de, et al. **Intolerância Religiosa no Brasil de acordo com a Constituição Federal de 1988**. Junho 2018 Disponível: <https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/volume-3-edicao-4/2982-rci-intolerancia-religiosa-no-brasil-de-acordo-com-a-constituicao-federal-de-1988-06-2018/file> > Acesso em 28 de abril de 2021.

LEITE, Luciana Medeiros. Ensino religioso na educação: as possibilidades de mediação a partir do conceito da diversidade religiosa em uma escola pública do Distrito Federal. 2015. 38 f., il. Monografia (Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

LOBATO, Monteiro. **Histórias de Tia Nastácia**. São Paulo: Brasiliense, 2002. – (Sítio do Pica-Pau Amarelo).

BRASIL/MINISTERIO DA EDUCAÇÃO/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. p.262.

MIR, Alex; MAJADO, Caio; VIÑOLE, Omar. **Orixás do Orum ao Ayê**. São Paulo: Nobel, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira[S.l: s.n.], 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59> > Acesso em: 28 de Abril 2021.

PINTO, Ênio Brito. Espiritualidade e Religiosidade: articulações. In. **Revista de Estudos da Religião** (ISSN 1677-1222|ISSN 1677-122). 2009.

ROCHA, Arlindo Nascimento. Religiões Afro-Brasileiras Dentro e fora das Escolas. In. **Revista Último Andar** (ISSN 1980-8305), n. 32, 2018.

ROCHA, Marcos Porto Freitas da & ROCHA, José Geraldo da. Análise da Experiência de Docentes de Religiões Afro-brasileiras. In. **Cadernos do CNLF**, vol. XXI, n. 3. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2017.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. “Raça e etnia”. In. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/raca-etnia.htm>. [2021]. Acesso em 27 de abril de 2021.

ROGÉRIO Bonfim. **Ficha técnica completa Super Choque (1ª Temporada)**. Filmow. Disponível em: <https://filmow.com/expresso-do-amanha-1a-temporada-t195209/ficha-tecnica/>> Acesso em 18 de junho de 2021.

ROGÉRIO, Bonfim. **Ficha técnica completa: Lupin (temporada 1)**

Filmow. Disponível em: <https://filmow.com/lupin-parte-1-t291012/ficha-tecnica/>> Acesso em 18 de junho de 2021.

ROGÉRIO, Bonfim. **Ficha técnica completa: Snowpiercer (temporada 1)** Filmow.

Disponível em: <https://filmow.com/expresso-do-amanha-1a-temporada-t195209/ficha-tecnica/>> Acesso em 18 de junho de 2021.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC/SECADI, 2005.p: 39-68.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Religiões Afro-brasileiras Construção e legitimação de um campo do saber acadêmico (1900-1960). In. **Revista USP**. São Paulo, USP-CCS, n. 55, 2002, p.82-11.

SILVA, Eliane Anselmo da & CARVALHO, Guilherme Paiva de. As Religiões Afro-brasileiras na escola. In. **Revista Ibero-Americana de Educação**. Vol.76. Num.2. 2018.

SILVA, Ana Celia da. A Desconstrução da discriminação do Livro didático. In MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC/SECADI, 2005. p.21-38.

SIQUARA, Carlos Andrei. Ensino da Cultura Africana e Afro-Brasileira nas Escolas ainda Encontra Resistências. In. A Cor da cultura. Dezembro 2013. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/artigos/16122013/ensino-da-cultura-africana-e-afro-brasileira-nas-escolas-ainda-encontra-resistencias>> Acesso em: 30 de abril de 2021

SOARES, Lais de Avila. Religiões afro-brasileiras no contexto escolar. 2019. 80 p. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Ciências Humanas) - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, 2019.

SOUZA, Guilherme Muniz de & FICAGNA, Lais Regina Dall'Agnol. Do Preconceito à Intolerância Religiosa. In: **Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias**/Vol. 03- Nº julho/ dezembro 2016.

VENTURA, Solange Christine. Orixás: forças sagadas da natureza. In. IdentidÁfrica 2011.Disponível em:https://drive.google.com/file/d/0B_W2MHgG528OdEtSQ01paGktRkE/view?pref=2&pli=1&fbclid=IwAR13ulj8USqwxzZ89e7IBiDiFOOn8yjqHx2skzEFxm7LRiGCcqajWbHsYT0 < Acesso em 20 de abril de 2021.